



**Perfil da força de trabalho carioca no
começo do século XXI baseado nos
dados desagregados da PME para a
cidade do Rio de Janeiro - 2002-2006**

N° 20070501

Maio - 2007

Marcelo Paixão - contrato IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro -
IUPERJ



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

EXPEDIENTE

A Coleção Estudos Cariocas é uma publicação virtual de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, abrigada no portal de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos da Secretaria Municipal de urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (IPP) : www.armazemdedados.rio.rj.gov.br.

Seu objetivo é divulgar a produção de técnicos da Prefeitura sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro e à sua população. Está também aberta a colaboradores externos, desde que seus textos sejam aprovados pelo Conselho Editorial.

Periodicidade:

A publicação não tem uma periodicidade determinada, pois depende da produção de textos por parte dos técnicos do IPP, de outros órgãos e de colaboradores.

Submissão dos artigos:

Os artigos são submetidos ao Conselho Editorial, formado por profissionais do Município do Rio de Janeiro, que analisará a pertinência de sua publicação.

Conselho Editorial:

Ana Paula Mendes de Miranda, Fabrício Leal de Oliveira, Fernando Cavallieri e Paula Serrano.

Coordenação Técnica:

Cristina Siqueira e Renato Fialho Jr.

Apoio:

Iamar Coutinho

CARIOCA – Da, ou pertencente ou relativo à cidade do Rio de Janeiro; do tupi, “casa do branco”. (Novo Dicionário Eletrônico Aurélio, versão 5.0)

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO CARIOCA NO COMEÇO DO SÉCULO XXI BASEADO NOS DADOS DESAGREGADOS DA PME PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO - 2002-2006¹

Marcelo Paixão² - contrato IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - IUPERJ

1. Introdução

O presente artigo tece um panorama das especificidades do perfil da presença da população residente na cidade do Rio de Janeiro no mercado de trabalho. O estudo está balizado nas tabulações especiais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como se sabe, a PME é aplicada nas seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, por ordem decrescente em termos de localização territorial: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre³. Essa pesquisa tem como objetivo principal o levantamento dos indicadores conjunturais sobre o mercado de trabalho desses pontos do país, permitindo que sejam factíveis análises sobre seus ciclos e plausíveis perspectivas de evolução no médio e longo prazo.

A primeira edição da PME ocorreu no ano de 1980, tendo ocorrido desde então duas revisões metodológicas, a primeira em 1982 e, a segunda, no ano de 2002. De acordo com informações prestadas pelo próprio IBGE, essa última modificação metodológica obedeceu a dois fatores principais. O primeiro fator foram as transformações recentes ocorridas no mundo do trabalho produto, entre outras causas, da globalização financeira, das inovações tecnológicas e gerenciais e da integração regional dos mercados. O segundo fator derivou de recomendações provenientes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) instruindo a adoção de novos

¹ A versão final desse artigo contou com o diálogo com Adalberto Moreira Cardoso, Christian Travassos, Fernando Cavallieri, Hécio de Medeiros Junior, Mauro Osório e Sergio Besserman; em especial através de contribuições apresentadas em um seminário interno de debates da versão preliminar do presente artigo, ocorrida no dia 10 de Abril de 2007, na sede do Instituto Pereira Passos. O autor, assumindo para si as eventuais lacunas contidas no artigo, agradece o profícuo diálogo tido com todas as pessoas mencionadas.

² Professor do Instituto de Economia da UFRJ

³ Vale salientar que desde 1999 a PME também vem sendo aplicada na Região Metropolitana de Curitiba, através de convênio específico nesse sentido entre o IBGE e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social (IPARDES), vinculado ao governo daquela unidade da Federação. De todo modo, quando da divulgação dos resultados dessa pesquisa por parte do IBGE, a Região Metropolitana de Curitiba não é computada em comum às demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

procedimentos no processo de investigação do perfil da força de trabalho em todos os países afiliados aquele órgão do sistema ONU⁴.

O presente artigo buscará analisar o comportamento dos indicadores de acesso da população carioca ao mercado de trabalho tidos como mais significativos. Para que os esses dados possam ser melhores compreendidos, ao longo do texto, serão feitas comparações com o perfil do acesso ao mercado de trabalho da população das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, bem como, especificamente, com os indicadores apresentados pelos trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A esse respeito, vale salientar que nas análises comparativas que serão realizadas, salvo quando expressamente indicado em contrário, os indicadores que cobrem tanto as Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, como o conjunto da Região Metropolitana do Rio, estarão excetuando a população residente na cidade do Rio de Janeiro⁵.

Vamos estudar as principais características a dinâmica da presença da população residente na cidade do Rio de Janeiro no mercado de trabalho no período compreendido entre os meses e anos de março de 2002 à janeiro de 2007. Quando estivermos estudando a evolução de um determinado indicador tendo por base as respectivas médias anuais, as análises se debruçarão sobre o período coberto entre os anos 2002 e 2006. Já quando, por motivos de uma melhor compreensão do objeto, a análise tiver de se deter em algum ponto no tempo, privilegiaremos o último momento disponível na série; janeiro de 2007.

Os indicadores que serão analisados ao longo do desse texto foram tabulados especialmente pelo IBGE para o Instituto Pereira Passos, cobrindo especificamente a cidade do Rio de Janeiro naquele lapso, já descrito, de quatro anos⁶. Vale salientar que as cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro cobertas pela PME totalizam 19 municipalidades e um pseudomunicípio, sendo entrevistados 7.576 domicílios por mês⁷. Ainda nesse plano valem duas observações metodológicas iniciais.

⁴ A esse respeito ver a publicação do IBGE intitulada “Pesquisa Mensal de Emprego”, Relatório Metodológico volume 23, ano 2002.

⁵ Vale salientar que a cidade do Rio de Janeiro, tal como a Região Metropolitana do Estado do Rio, faz parte do escopo da PME. Portanto, o que estaremos fazendo no presente estudo é tão-somente destacar aquela população para uma análise específica e subtraindo a mesma do somatório das populações das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, incluindo os residentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Destarte, estaremos permitindo que os contrastes existentes entre as características da presença no mercado de trabalho da população dessas distintas áreas do território nacional fiquem mais visíveis.

⁶ Esse órgão disponibiliza esses dados ao público através do seu “Armazém de Dados”, localizado na página eletrônica desse órgão (<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>).

⁷ Além do Município do Rio de Janeiro, os Municípios dessa Região Metropolitana cobertos pela PME são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Mesquita, Nilópolis,

A primeira observação consiste em alertar ao leitor que o presente estudo compreende o perfil do mercado de trabalho da população carioca tendo por eixo a área de residência da população trabalhadora residente nesse Município. Em outras palavras, quando fizermos menção ao mercado de trabalho carioca, tal expressão deve ser lida com ressalvas tendo em vista que não necessariamente por residir na cidade do Rio de Janeiro que uma determinada pessoa estará trabalhando na mesma cidade. E vice-versa. Isto é, tendo em vista as municipalidades localizadas no entorno metropolitano da cidade do Rio e sua respectiva população residente, sabemos que o mercado de trabalho do Município do Rio não é formado somente por residentes nessa localidade, assim como os residentes do Rio podem fazer parte da dinâmica do mercado de trabalho de outras cidades da Região Metropolitana fluminense. Portanto, no presente estudo, a rigor estaremos estudando a dinâmica da presença da população residente na cidade do Rio de Janeiro no mercado de trabalho em um passado recente, independentemente do Município onde essa atividade profissional fora efetivamente exercida.

A segunda observação inicial consiste em chamar a atenção para o fato de que as análises comparativas que serão realizadas englobam a dinâmica da presença mercado de trabalho da população residente na cidade do Rio de Janeiro com as Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. O fato é que no interior de cada uma dessas metrópoles existe um conjunto de Municípios. Do mesmo modo, no somatório das seis Regiões Metropolitanas podemos encontrar uma miríade de realidades sociais distintas entre si. Tal compreensão será, decerto, fundamental no pleno entendimento dos comentários gerais que estarão sendo realizados. Isso porque, por mais que saibamos que a população trabalhadora da cidade do Rio seja um tanto heterogênea, tal heterogeneidade tornam-se ainda maiores quando lidamos com o somatório da população trabalhadora das Regiões Metropolitanas cobertas por aquela pesquisa do IBGE.

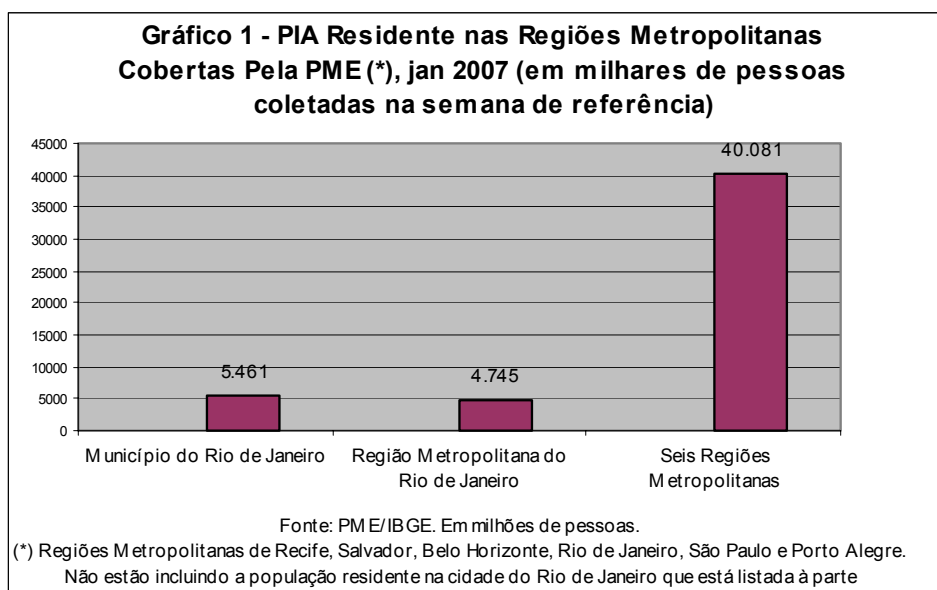
Tendo em vista esses objetivos gerais e comentários metodológicos preliminares, ao longo das próximas seções estaremos percorrendo os seguintes aspectos do perfil do acesso da força de trabalho residente na cidade do Rio de Janeiro ao mercado desse fator: i) características da População em Idade Ativa (PIA); ii) perfil

Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá. Vale salientar que no processo de desagregação dos indicadores do mercado de trabalho para a cidade do Rio de Janeiro ocorreu uma reponderação da amostra de modo a tornar os dados confiáveis para uma análise específica da capital desse Estado. Essa reponderação foi feita pelos próprios técnicos do IBGE.

da População Economicamente Ativa (PEA); iii) caracterização da população ocupada; iv) qualidade das condições ocupacionais; v) perfil população desempregada; vi) comentários gerais sobre a população inativa; vii) padrão de remuneração e jornada de trabalho e, finalmente; viii) conclusão geral, momento em que buscaremos uma síntese das tantas vicissitudes que serão analisadas sobre as características do acesso ao mercado de trabalho da população residente na cidade do Rio de Janeiro.

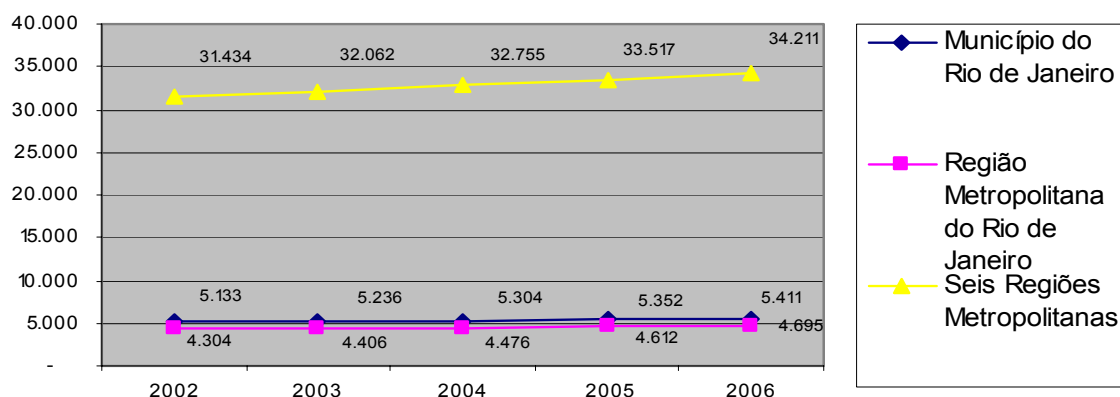
2. Perfil demográfico da população em idade ativa (PIA) carioca

O conceito de PIA está baseado na população residente total acima de 10 anos de idade. A População em Idade Ativa (PIA) da cidade do Rio de Janeiro no primeiro mês de 2007 totalizava 5,461 milhões de pessoas. Esse contingente correspondia a 53% da PIA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Lido de outro modo, a PIA carioca era 15% maior que a PIA da Região Metropolitana fluminense. Em comparação com as seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, o contingente em idade ativa residente no Município do Rio de Janeiro correspondia a 13,6% da PIA total (Gráfico 1).



A evolução da PIA carioca, no período 2002 e 2006, foi de 5,4%. Já no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras esse crescimento, no mesmo período, foi de 8,8%. Também quando comparada com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que apresentou crescimento de 9,1%, entre 2002 e 2006, vemos que a evolução da PIA da cidade do Rio foi menos acentuada (Gráfico 2).

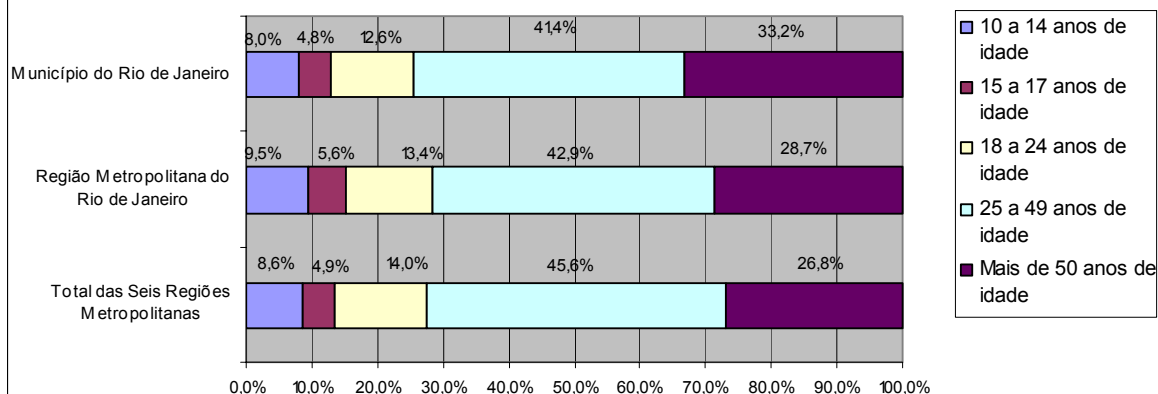
Gráfico 2 - Evolução da PIA Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*), 2002-2006; (em milhares de pessoas coletadas na semana de referência)



Fonte: PME/IBGE.

(*) Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Não estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte.

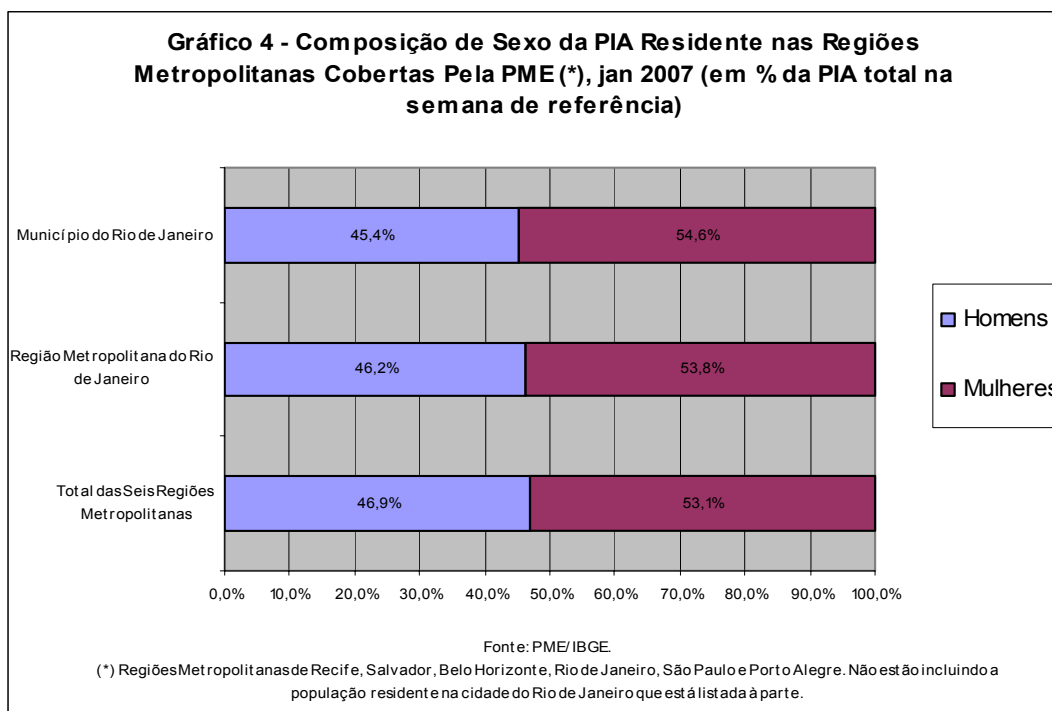
Gráfico 3 - Composição Etária em Faixas Selecionadas da PIA Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*), jan-2007 (em % da PIA total coletada na semana de referência)



Fonte: PME/IBGE.

(*) Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Não estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte.

A PIA da capital do Estado do Rio desagregada por grupos de idade apresenta um peso relativo maior das faixas etárias mais avançadas. Dessa forma, o peso da população acima dos 50 de idade na PIA da cidade do Rio de Janeiro era, em janeiro de 2007, de 33,2%. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro era de 28,7% e; no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, de 26,8%. Já o peso da população de 10 a 17 anos de idade na PIA carioca correspondia a 12,8%, ao passo que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro equivalia relativamente a 15,1%. No conjunto das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME a população abaixo de 18 anos de idade correspondia a 13,5% (Gráfico 3).



A decomposição da PIA carioca pelos grupos de sexo mostra uma participação feminina na população da cidade do Rio de Janeiro (54,6%) ligeiramente superior ao que ocorria na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (53,8% de participação feminina) e nas seis maiores Regiões Metropolitanas do Brasil (53,1% de participação feminina). Tal indicador dialoga com a composição etária da população, tal como visto acima, quando se sabe que por terem uma expectativa de vida maior, as mulheres se fazem representar nas faixas etárias superiores com um peso relativo maior que na população como um todo.

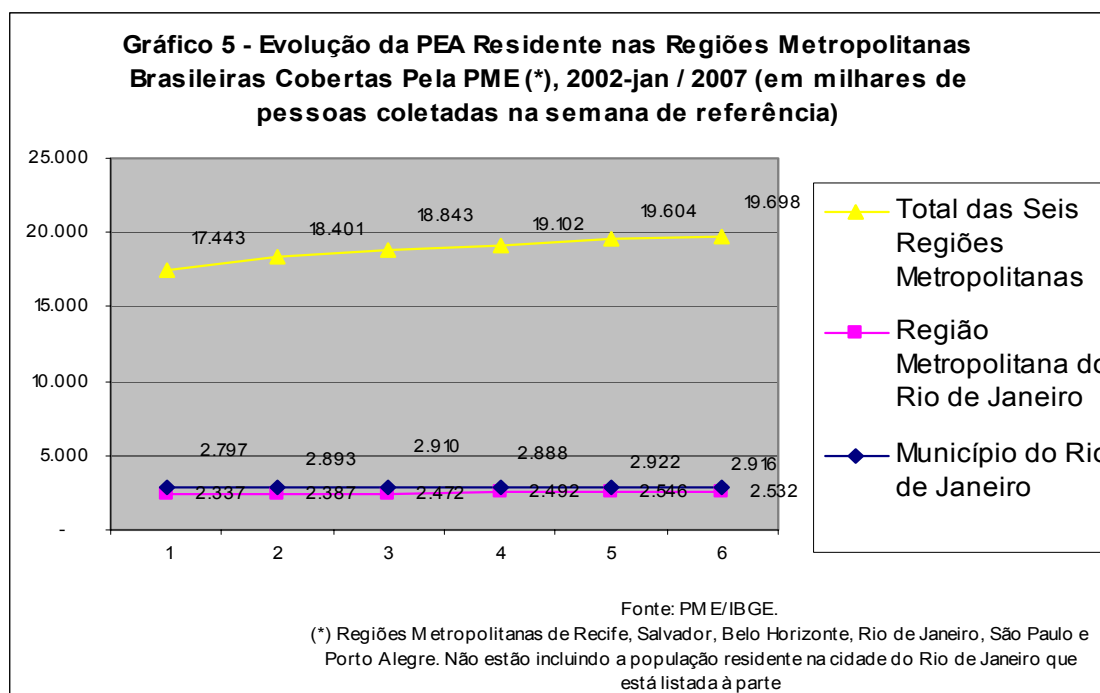
3. Perfil da população economicamente ativa (PEA) da população carioca

A literatura define o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) como correspondendo às pessoas da PIA que estão ocupadas (empregadas com e sem carteira, emprego doméstico, ocupadas sem remuneração no negócio de algum membro do domicílio, atuando como empregadores ou na condição de autônomos) e desocupadas (ou seja, as pessoas que não tendo ocupação haviam procurado por alguma durante os últimos trinta dias da semana de referência da pesquisa). Já por taxa de participação no mercado de trabalho, a definição é a proporção de pessoas que compõem a PEA relativamente às pessoas que fazem parte da PIA.

A PEA da cidade do Rio de Janeiro, em janeiro de 2007, era formada por cerca de 2,92 milhões de pessoas. Tal número, tal como ocorrera com a PIA, também

representava 53,5% da PEA conjunta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e era superior em 15,2% à PEA metropolitana fluminense. Em relação ao conjunto das seis Regiões Metropolitanas, a PEA carioca correspondia a 14,8% do total (Gráfico 5).

Durante o período compreendido entre março de 2002 e janeiro de 2007, o saldo do ingresso no mercado de trabalho da população residente na cidade do Rio de Janeiro foi de cerca de 175 mil pessoas, representando um incremento de 4,3% no período. Esse ritmo de crescimento foi inferior ao verificado no mesmo lapso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde o saldo do ingresso na PEA, foi de 223 mil pessoas; representando um aumento de 8,3%. O crescimento da PEA carioca também foi menor comparativamente ao conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, onde o saldo do ingresso no mercado de trabalho foi de 2,5 milhões de pessoas, tendo representado um incremento de 12,9% (Gráfico 5)⁸.



Tais indicadores se refletiram na evolução da taxa de participação no mercado de trabalho no lapso 2002-2006. Assim, a relação PEA/PIA no mercado de trabalho da população residente na cidade do Rio de Janeiro (de 54,5%, em 2002, para 54,0%, em 2006) apresentou-se ligeiramente inferior tanto à taxa de participação da Região

⁸ Perceber que no Gráfico 5 os dados estão referidos à média simples do tamanho PEA em 2002 compreendida entre os meses de março e dezembro. Nos comentários que foram feitos no presente parágrafo, por razões de estilo, houve a preferência em se comparar os valores de janeiro de 2007 com março de 2002. Assim, para esse último período, computando-se em milhares de pessoas, o tamanho total da PEA no somatório das seis Regiões Metropolitanas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, foram: 19.939; 5.050 e; 2.741 milhares de pessoas.

Metropolitana do Rio de Janeiro (de 54,3% , em 2002, para 54,2%, em 2006) como em relação às seis maiores Regiões Metropolitanas do país (de 55,5% em 2002, para 57,3%, em 2006) (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de Participação Total e de Ambos os Sexos, na Semana de Referência, da População Acima de 10 Anos de Idade, no Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras Cobertas Pela PME, 2002-2006 (em %).

Ano	Cidade do Rio de Janeiro			Região Metropolitana do Rio de Janeiro			Total das Seis Regiões Metropolitanas (*)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2002	54,5%	65,3%	45,3%	54,3%	66,0%	43,7%	55,5%	66,5%	45,7%
2003	55,2%	66,1%	46,1%	54,2%	66,9%	42,7%	57,4%	67,9%	48,0%
2004	54,9%	65,3%	45,9%	55,2%	66,6%	45,0%	57,5%	67,6%	48,6%
2005	54,0%	64,9%	44,8%	54,0%	65,4%	43,8%	57,0%	67,0%	48,2%
2006	54,0%	64,6%	45,3%	54,2%	65,6%	44,0%	57,3%	67,1%	48,6%

Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (não estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte).

Fonte: PME/IBGE

No que diz respeito às taxas de participação no mercado de trabalho decomposto pelos grupos de sexo, vemos que na cidade do Rio de Janeiro, acompanhando o que ocorria no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas, os homens apresentavam indicadores sensivelmente mais destacados que o das mulheres. Esse diferencial em grande medida ocorre pelos diferenciados papéis sociais assumidos pelos gêneros em nossa sociedade, na qual a mulher tende a ficar com o papel dos afazeres domésticos, tolhendo seu ingresso no mercado de trabalho.

Não obstante, ao longo de todo o interregno 2002-2006, vemos que as taxas de participação no mercado de trabalho da PEA masculina carioca no período se apresentaram ligeiramente inferiores tanto à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, quanto em relação à média do conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Por outro lado, as taxas de participação das cariocas no mercado de trabalho foram ligeiramente superiores ao que ocorria na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Já quando comparado com o conjunto das seis Regiões Metropolitanas a taxa de participação da mulher carioca no mercado de trabalho apresentou-se menor tendo essa diferença, na verdade, aumentado durante aquele lapso de quatro anos (Tabela 1).

Por intermédio da Tabela 2 podemos ver as taxas de participação no mercado de trabalho das populações carioca, metropolitana fluminense e das seis maiores

Regiões Metropolitanas brasileiras desagregadas por faixas etárias selecionadas para o período 2002-2006. De acordo com as informações disponíveis verificamos que, no período, em três dos cinco anos estudados (2002, 2005 e 2006) as taxas de participação no mercado de trabalho dos cariocas dos grupos etários entre 10 e 14 anos de idade apresentaram-se inferiores comparativamente ao mesmo indicador observado no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Em relação à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, as taxas tenderam a se igualar ao longo daquele lapso de quatro anos. As taxas de participação no mercado de trabalho dos cariocas entre 15 e 17 anos de idade também se apresentaram razoavelmente inferiores às médias das demais seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, e tenderam a convergir com os indicadores apresentados pela da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Taxa de Participação de Faixas Etárias Selecionadas Acima de 10 Anos de Idade, na Semana de Referência, no Mercado de Trabalho das Regiões Metropolitanas Brasileiras Cobertas Pela PME, 2002-2006 (em %).

Ano	10 a 14 anos			15 a 17 anos			18 a 24 anos		
	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs
2002	1,8%	2,7%	2,7%	16,9%	19,6%	24,9%	64,5%	65,7%	68,8%
2003	4,6%	3,4%	3,4%	16,8%	16,9%	27,2%	63,6%	64,3%	71,1%
2004	3,4%	2,4%	2,9%	14,9%	17,6%	26,8%	62,9%	67,2%	71,8%
2005	1,3%	1,3%	1,9%	13,3%	14,9%	23,7%	61,9%	64,5%	70,5%
2006	1,2%	1,4%	2,1%	14,0%	14,6%	24,7%	60,2%	65,9%	72,0%

Ano	25 a 49 anos			Mais de 50 anos		
	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs
2002	78,3%	76,0%	76,3%	36,4%	37,5%	35,9%
2003	79,7%	76,3%	78,3%	37,3%	38,2%	38,1%
2004	80,1%	77,5%	78,6%	36,8%	39,8%	38,5%
2005	79,5%	77,1%	78,4%	36,4%	39,0%	38,4%
2006	79,7%	77,4%	79,0%	37,0%	40,0%	38,6%

RMs = seis Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (não estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte); RM RJ = Região Metropolitana do Rio de Janeiro (não está incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte); Rio = Cidade do Rio de Janeiro

Fonte: PME/IBGE

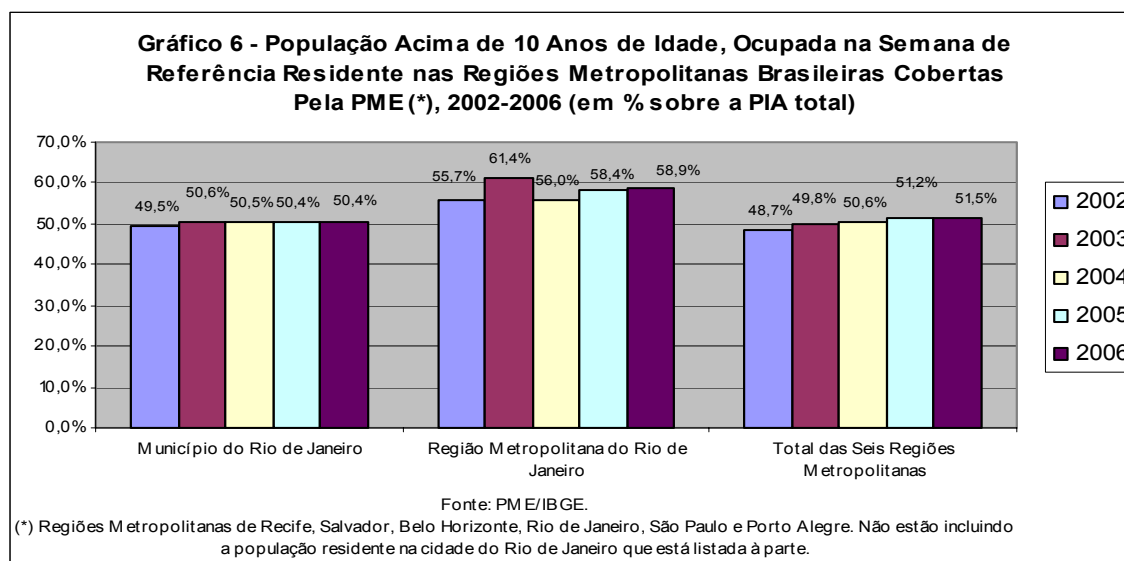
Também na faixa etária dos 18 aos 24 anos de idade as taxas de participação no mercado de trabalho dos cariocas apareciam inferiores às médias das seis maiores Regiões Metropolitanas. Assim, na média do ano de 2006, esse hiato chegava a doze pontos percentuais. Quando comparadas às taxas de participação dos trabalhadores

de 18 a 24 anos de idade metropolitanos fluminenses, verificamos que os jovens cariocas igualmente tenderam a apresentar uma presença relativa menor.

Na faixa etária dos 25 aos 49 anos de idade ocorria uma inversão, dessa vez, estando os cariocas presentes no mercado de trabalho em percentuais ligeiramente superiores que a média das demais seis Regiões Metropolitanas, incluindo a do Rio de Janeiro. Finalmente, na faixa etária acima dos 50 anos de idade, mais uma vez as taxas de participação no mercado de trabalho dos cariocas voltavam a ser inferiores em relação às mesmas taxas dos fluminenses da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e do conjunto de seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

4. Características da população ocupada da cidade do Rio de Janeiro

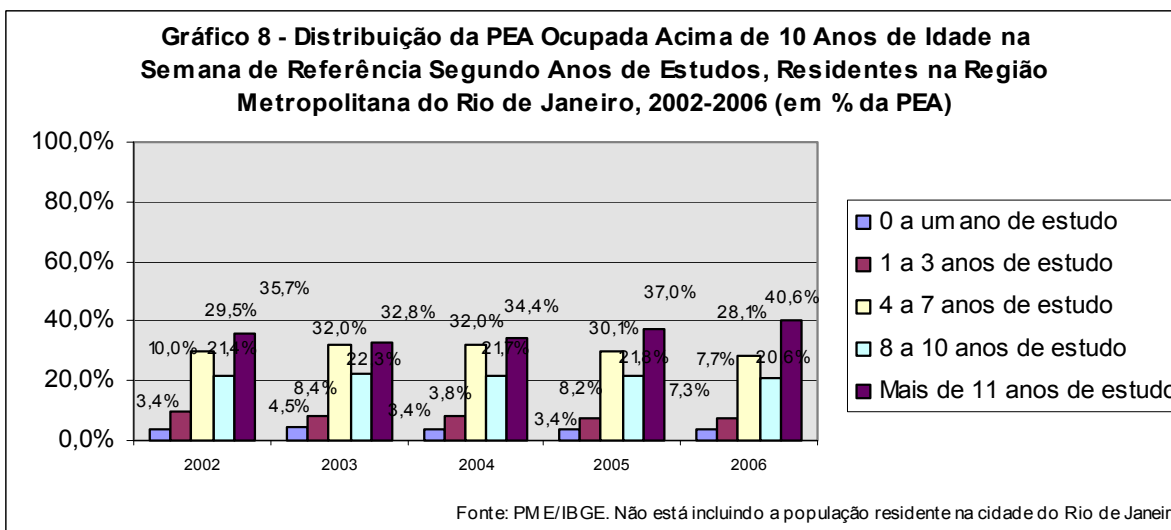
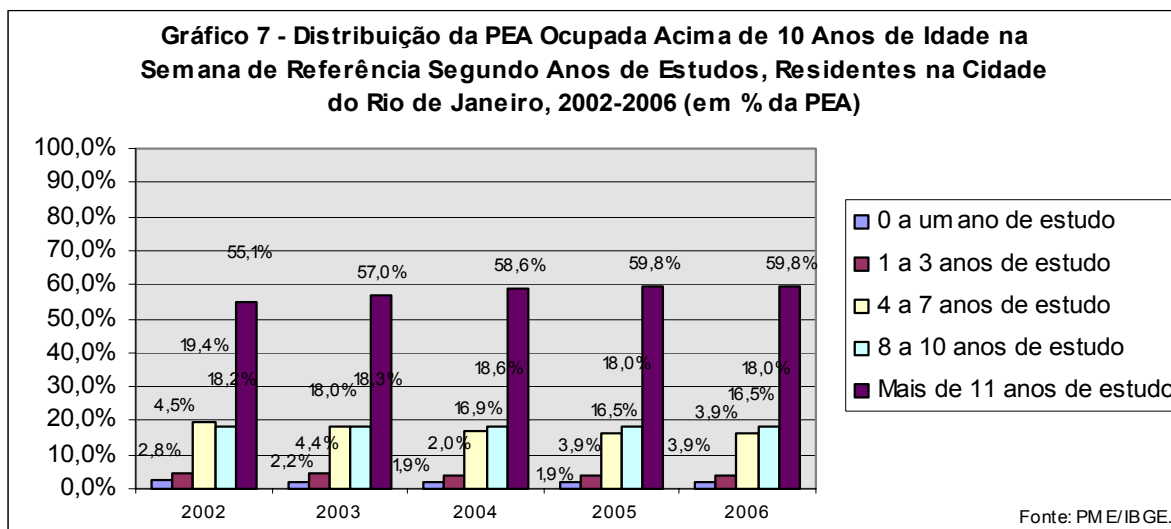
A população da cidade do Rio que estava, em janeiro de 2007, ocupada no mercado de trabalho totalizava 2,74 milhões de pessoas o que correspondia a quase 54% da população ocupada da totalidade da população ocupada na Região Metropolitana do Rio⁹. Comparativamente às seis maiores Regiões Metropolitanas do país, a população ocupada na cidade correspondia a 15,4% do total.



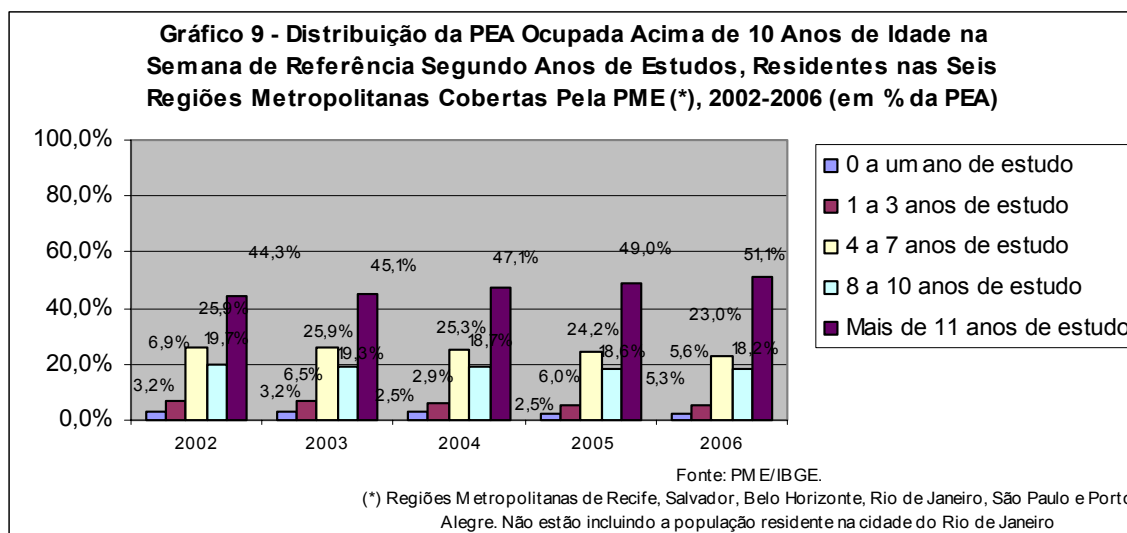
A proporção da população carioca ocupada em relação à PIA, no período 2002-2006, evoluiu positivamente em 0,9 ponto percentual. Essa evolução, no mesmo lapso foi a mesma verificada na Região Metropolitana do Rio. Na comparação com a média das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, o ritmo de crescimento da relação população ocupada / PIA foi inferior em 1,6 pontos percentuais (Gráfico 6).

⁹ Ou seja, nesse período a população ocupada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, excetuando a capital, era igual a 2,35 milhões de pessoas. Em sua totalidade, em janeiro de 2007, a população ocupada nessa Região Metropolitana formava 5,1 milhões de pessoas.

No que tange ao perfil educacional da população ocupada da cidade do Rio de Janeiro, podemos ver que no período compreendido entre 2002 e 2006, a população que tinha ao menos o segundo grau concluído (ou seja, oito anos ou mais de estudos) passou de 55,1% para 59,8% do total. No outro extremo, entre os que tinham entre zero e um ano de estudo e um a três anos de estudo (correspondendo aos analfabetos funcionais¹⁰), ocorreu um declínio relativo, de 7,3%, para 5,8% do total de ocupados (Gráfico 7).



¹⁰ A definição da população com menos de quatro anos de estudo como analfabeta funcional corresponde a uma aproximação feita pela literatura pertinente com aquele contingente incapaz de compreender ou escrever um texto no idioma que domina. Todavia, tal definição apenas sugere uma determinada situação de analfabetismo funcional sem necessariamente corresponder ao contingente de incapazes de um pleno domínio da escrita e da leitura no idioma que domina. O mesmo vale para a população que apresente uma média de anos de estudos superior a quatro anos, que não necessariamente por esse motivo, deverá ter plena capacidade cognitiva em termos de escrita e compreensão.

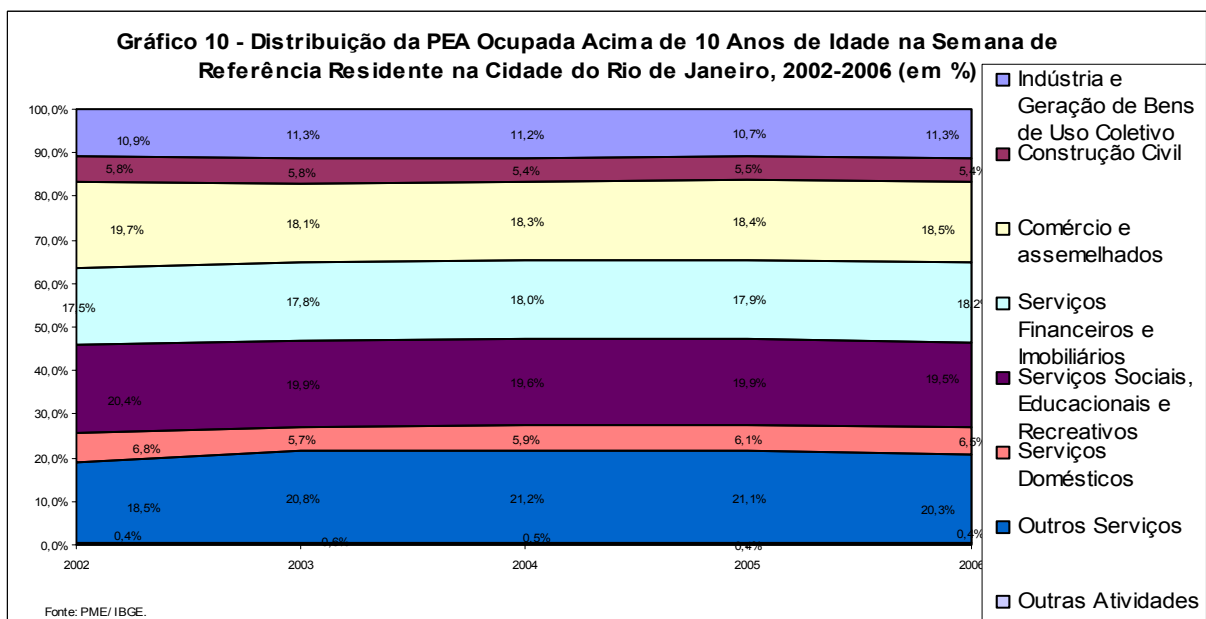
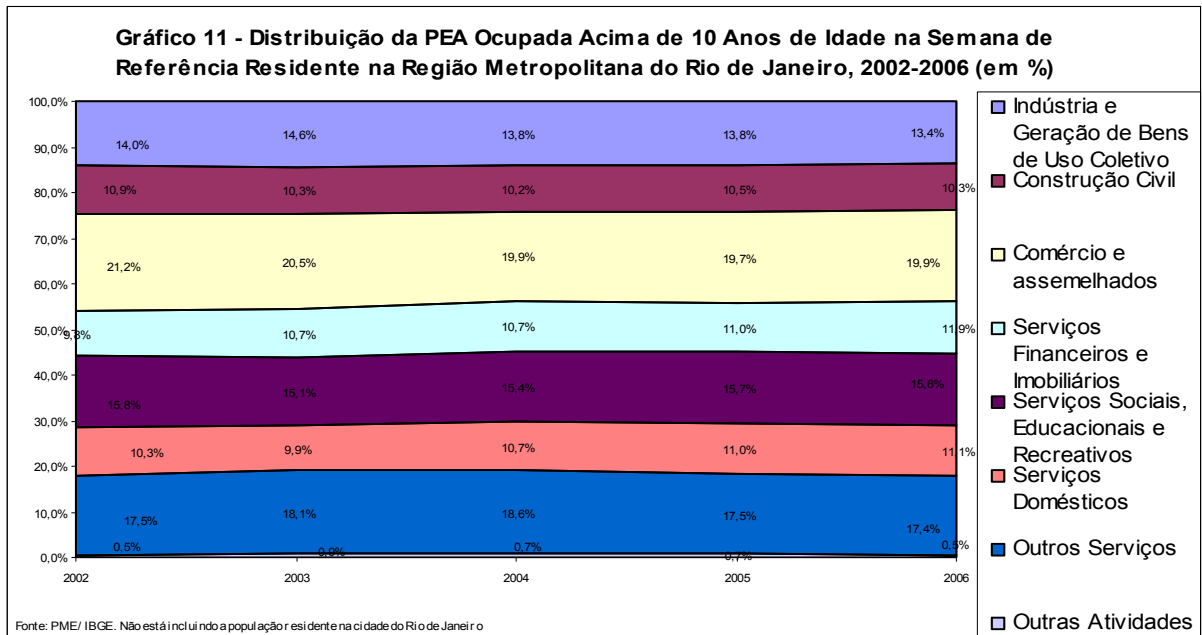


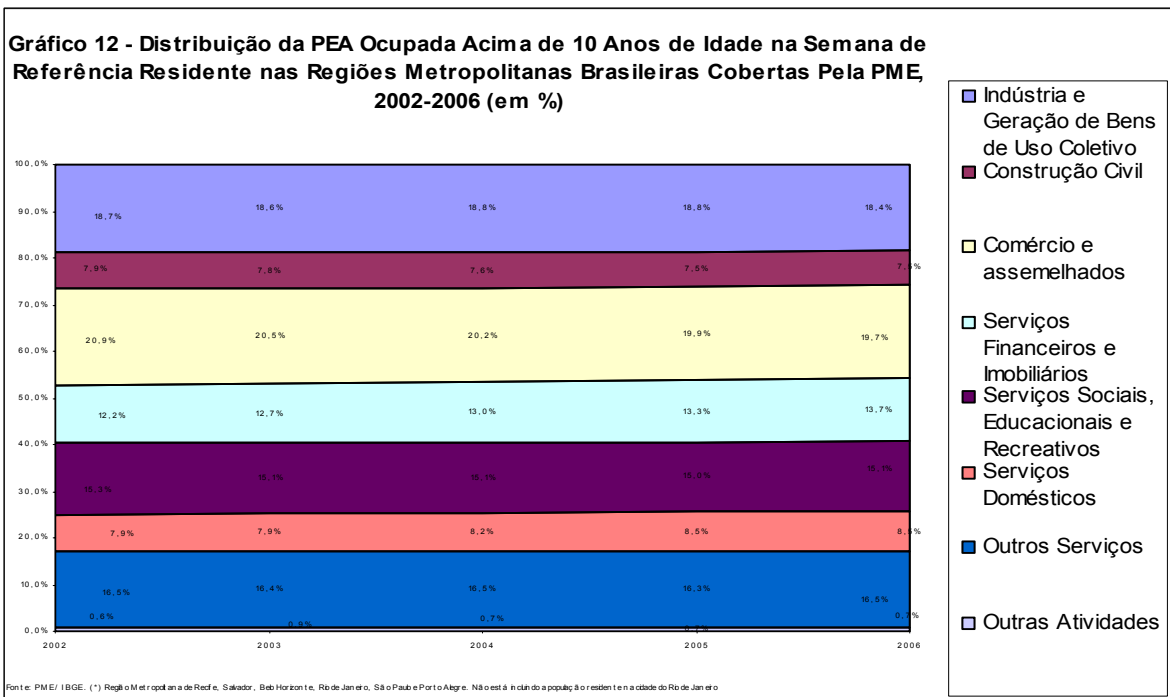
O perfil instrucional da população carioca no período 2002-2006 apresentava-se nitidamente mais avançado tanto quando comparado à população metropolitana fluminense ocupada, como à população das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras. Assim, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a proporção de ocupados com oito anos ou mais de estudos passou de 35,7% para 40,6%. No caso do somatório das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME a evolução do mesmo indicador foi de 44,3% para 51,1%. Em suma, os indicadores de escolaridade referentes à conclusão do segundo grau apresentados em ambas as áreas, em 2006, ainda não haviam alcançado o percentual obtido pela população da cidade do Rio em 2002 (Gráficos 8 e 9).

No outro extremo, no somatório entre os ocupados com zero a um ano de estudo e um a três anos de estudo (ou seja, a população ocupada que era analfabeta funcional), igualmente podemos ver que tanto a Região Metropolitana do Rio, como o conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, os percentuais apresentavam-se superiores aos da cidade do Rio de Janeiro. Assim, no lapso 2002-2006, a taxa de analfabetismo funcional da população metropolitana fluminense passou de 13,4% para 10,7% e o no somatório das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, de 11,1% para 7,8% (Gráficos 8 e 9).

Através dos Gráficos 10, 11 e 12 correspondentemente, vemos a distribuição da população ocupada da cidade do Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio e seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras segundo os ramos de atividades econômicas. De acordo com a fonte, observamos que as ocupações relacionadas ao Setor Terciário são absolutamente preponderantes em todas as áreas mencionadas o

que não chega a ser propriamente uma surpresa. De todo modo, existem algumas peculiaridades em termos das formas de ocupação por ramo de atividade dos cariocas que vale a pena serem mencionadas.



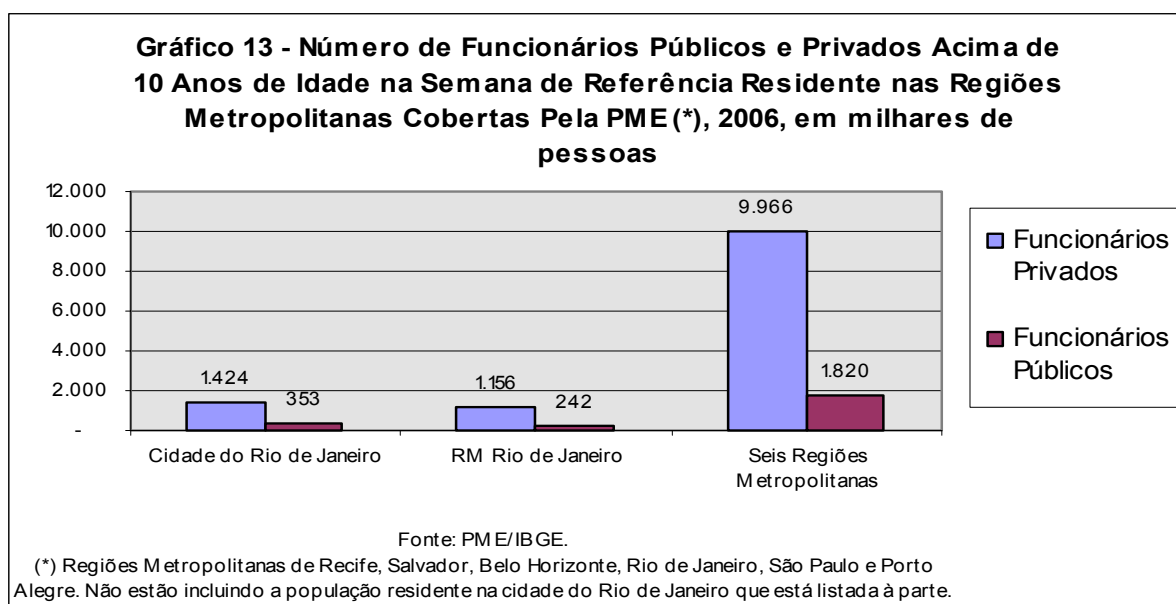


Primeiramente, destacamos a diferença existente em termos da notória menor importância relativa do Setor Secundário como ramo de ocupação para os trabalhadores cariocas, vis-à-vis ao do conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras. Assim, ao passo que, no ano de 2006, o ramo industrial, de geração e fornecimento de serviços urbanos e a construção civil eram o meio de vida de 16,7% de residentes na cidade do Rio; entre os trabalhadores da Região Metropolitana do Rio essa proporção era de 23,7% e, no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, esse percentual chegava a 25,9% dos ocupados (Gráficos 10, 11 e 12).

Quando analisamos a importância relativa das atividades dos serviços financeiros e imobiliários e; dos serviços educacionais, recreativos e sociais para a população ocupada carioca vemos que ocorria uma inversão, comparativamente ao que vimos no parágrafo anterior. Destarte, em 2006, 37,7% dos ocupados residentes no Município do Rio de Janeiro estavam ocupadas naquele conjunto de ramos de atividade. Já na Região Metropolitana do Rio a proporção de ocupados naquelas atividades alcançava 27,5%. Nas seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, no mesmo ano, o percentual de ocupados em atividades financeiras e imobiliárias, bem como em ramos educacionais, recreativos e sociais envolvia 28,8% do total. Ainda a esse respeito, é igualmente relevante sublinhar as diferenças em termos de importância relativa para os trabalhadores cariocas das atividades de serviços em geral (que engloba uma miscelânea de atividades relacionadas aos setores de alojamentos,

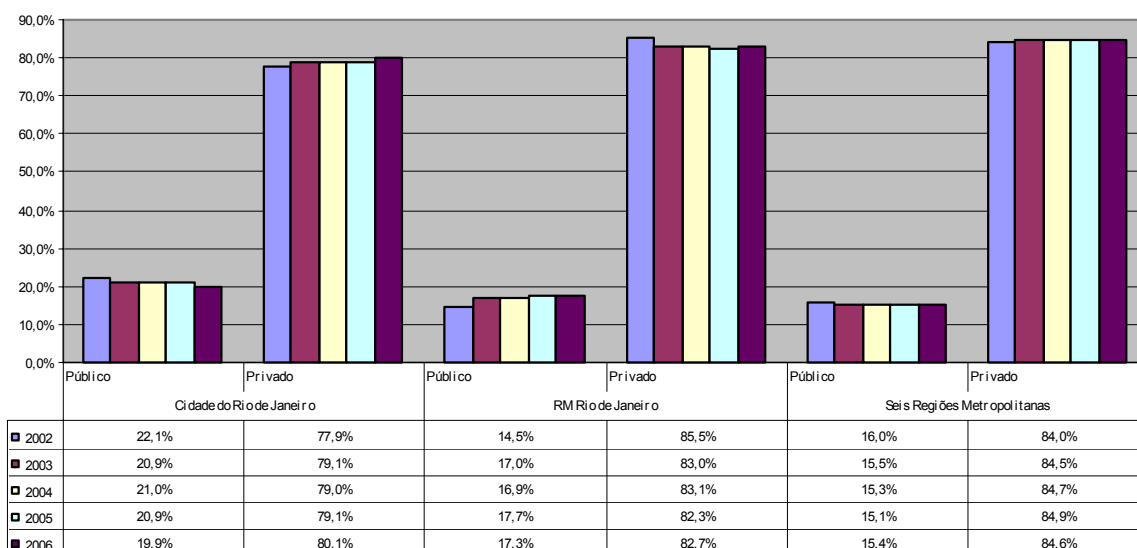
transportes, correio e telecomunicações entre outras), que durante todo o período 2002-2006, manteve-se como campo de ocupação para esse contingente em um patamar razoavelmente superior ao que ocorria no conjunto de Regiões Metropolitanas e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Gráficos 10, 11 e 12).

Finalmente, vamos fazer uma breve análise do peso do setor público enquanto campo de ocupação dos trabalhadores cariocas. Como é sabido, a cidade do Rio de Janeiro, por ter sido Capital Federal até 1960, por ter se mantido como uma Unidade da Federação (no caso, Estado da Guanabara) até 1975 e, posteriormente, após a fusão, tendo se transformado na capital do Estado do Rio¹¹; manteve-se como uma cidade fortemente vinculada não apenas às atividades de serviços, mas, também, em especial, ao serviço público. E de fato, a cidade do Rio, em 2006, era espaço de residência de 353 mil funcionários públicos. Apresentando esse dado absoluto, o peso da população carioca no total de trabalhadores vinculados ao governo em seus três níveis, no seio das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME era de 14,6%. Já no setor privado, o peso da população carioca, no seio do contingente de trabalhadores dessas últimas Regiões Metropolitanas caía proporcionalmente para 11,4% (Gráfico 13).



¹¹ A esse respeito ver Lessa (2000)

Gráfico 14 - Distribuição da PEA Ocupada Acima de 10 Anos de Idade na Semana de Referência Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*) Segundo Modalidade do Vínculo (público ou privado) - 2002-2006, (em % da PEA total)



Fonte: PME/IBGE

(*) Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Não está incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte

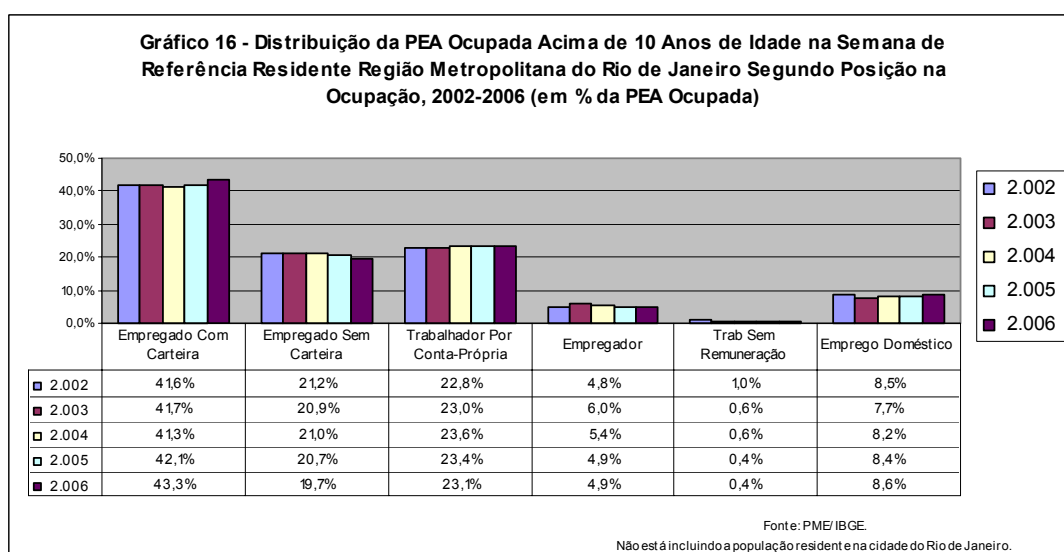
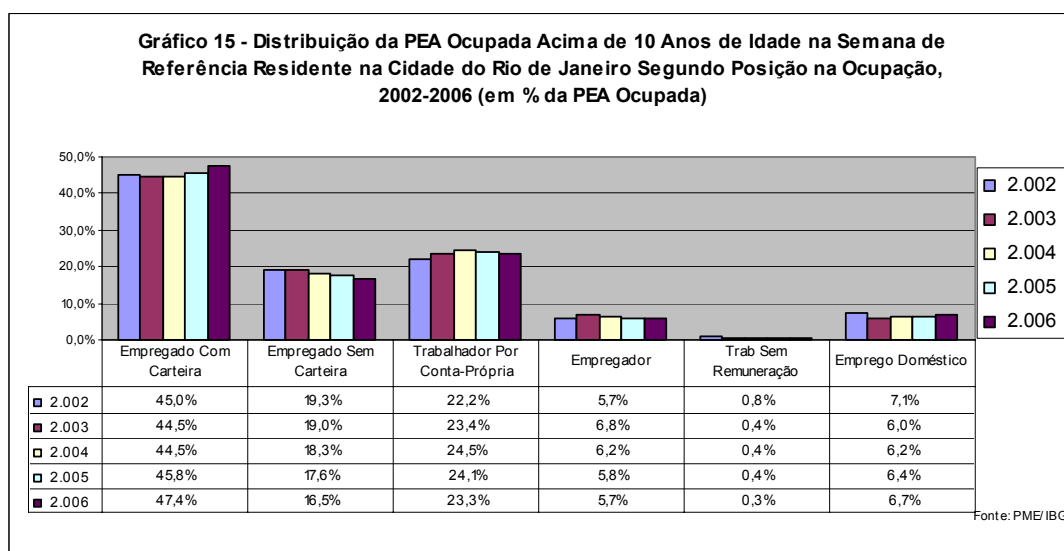
Uma análise mais atenta do Gráfico 14 nos leva a ver, por outro lado, que no período 2002-2006 ocorreu um encolhimento na distância que separava o peso relativo do setor público no seio da população ocupada total, entre a cidade do Rio de Janeiro e o conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras cobertas pela PME; com redução do hiato, naquele intervalo, de 1,6 ponto percentual. Considerando-se apenas a Região Metropolitana do Rio a participação do setor público na totalidade do contingente ocupado cresceu no lapso de tempo descrito em quase três pontos percentuais. Posto que no decorrer daqueles quatro anos, o peso do funcionalismo público na população carioca ocupada diminuiu 2,2 pontos percentuais, tal movimento fez com que aquela diferença, em termos de participação relativa dos funcionários públicos na população ocupada, acabasse se reduzindo em cinco pontos percentuais.

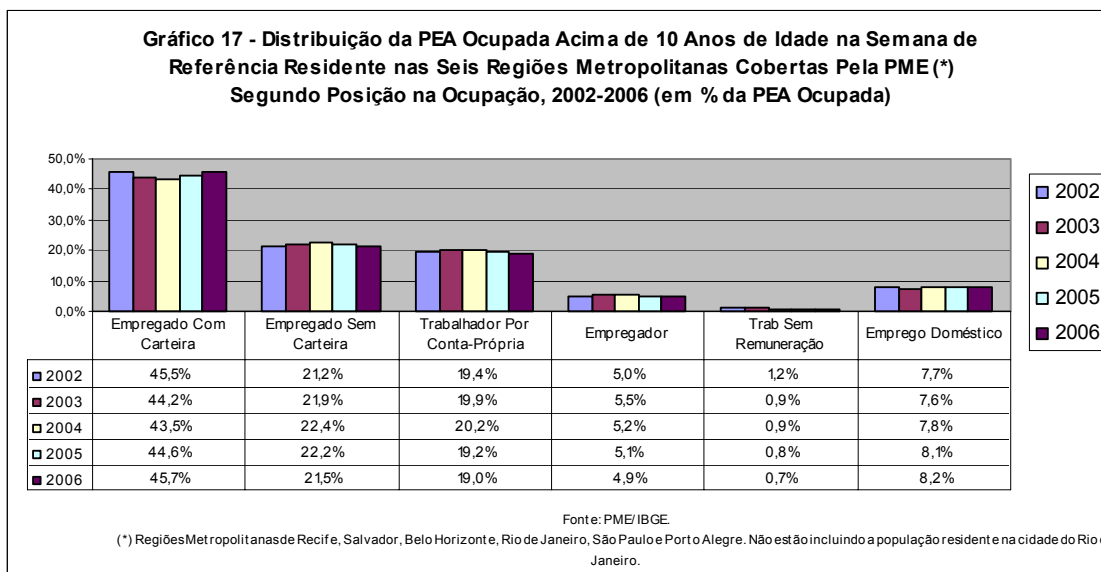
Todavia, conquanto as diferenças relativas entre a cidade do Rio de Janeiro e as demais Regiões Metropolitanas, em termos do peso do setor público no seio da população ocupada, realmente tenham se estreitado no decorrer daquele lapso, ainda assim, no último ano da série, a diferença nesse plano favoravelmente à cidade do Rio era de 2,6 pontos percentuais em comparação com ao conjunto cidades Metropolitanas

fluminenses e de 4,5 pontos percentuais em relação às seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras.

5. Qualidade das condições ocupacionais

Para além das questões que se reportam à estrutura ocupacional da população trabalhadora, outro tema de grande relevância para os estudos sobre o mercado de trabalho diz respeito à própria qualidade dessas ocupações. Por essa última estaremos entendendo o grau de proteção social alcançada por cada uma das categorias ocupacionais em termos da estabilidade do vínculo trabalhista, duração do contrato de trabalho, o acesso à previdência social, a subutilização da força de trabalho e o tempo médio de duração da ocupação.





O Gráfico 15 retrata a distribuição da população carioca ocupada segundo a posição na ocupação no período 2002-2006. Através da fonte, podemos ver que no ano de 2006, 64,3% dos ocupados residentes na cidade do Rio de Janeiro encontravam-se na posição de empregados do serviço público e privado não doméstico, com ou sem carteira. Esse percentual, no mesmo ano, era próximo ao verificado na Região Metropolitana fluminense (cujo percentual de assalariados sobre a população ocupada total correspondia a 63%), porém, ficando razoavelmente abaixo em termos relativos ao que ocorria no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras onde o percentual de ocupados na condição assalariada, no último ano da série, chegava a 67,2% do total (Gráfico 16 e 17).

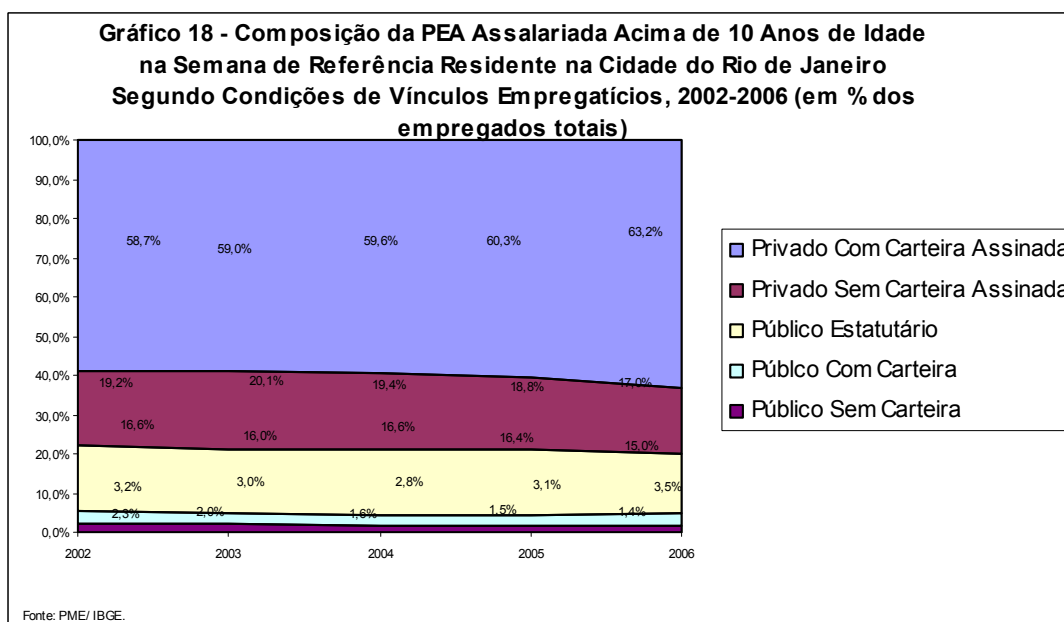


Gráfico 19 - Composição da PEA Assalariada Acima de 10 Anos de Idade na Semana de Referência Residente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro Segundo Condições de Vínculos Empregatícios, 2002-2006 (em % dos empregados totais)

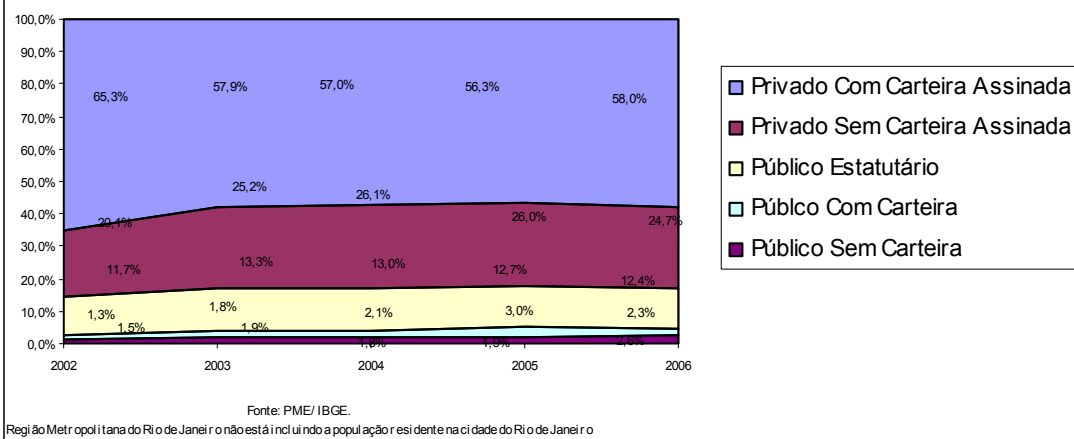
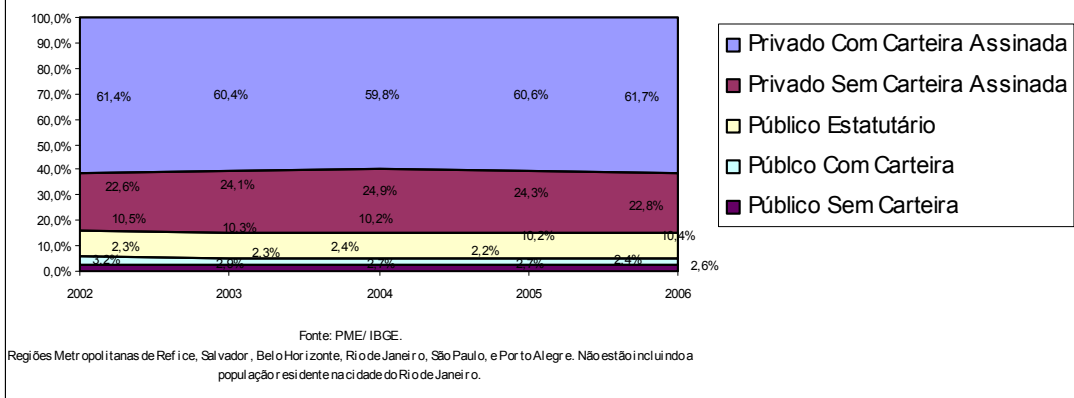


Gráfico 20 - Composição da PEA Assalariada Acima de 10 Anos de Idade na Semana de Referência Residente nas Seis Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*) Segundo Condições de Vínculos Empregatícios, 2002-2006 (em % dos empregados totais)



Através dos Gráficos 18, 19 e 20 podemos comparar as modalidades de vínculos empregatícios dos cariocas assalariados, no lapso 2002-2006, com as mesmas modalidades na Região Metropolitana fluminense e no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras.

De acordo com as informações acima dispostas, no período 2002-2006, o percentual de assalariados com carteira assinada no setor privado, no seio do contingente assalariado, na cidade do Rio de Janeiro cresceu de 58,7% para 63,2%. Tal crescimento proporcional foi superior ao ocorrido nas seis maiores Regiões Metropolitanas, onde a elevação relativa do emprego assalariado com carteira no setor

privado, sobre o total de empregados, no mesmo intervalo, foi de apenas 0,3 pontos percentuais. Já na Região Metropolitana do Rio, o peso relativo dos assalariados com carteira assinada, no conjunto dos assalariados, declinou no período em apreço em 7,3 pontos percentuais.

Entre 2002 e 2006, os empregados do setor privado sem carteira assinada residentes na cidade do Rio declinaram sua presença relativa no interior da condição assalariada, em 2,2 pontos percentuais. Tal indicador caminhou em sentido contrário do que ocorreu tanto na Região Metropolitana do Rio (onde ocorreu um aumento relativo dos empregados sem carteira sobre o total de empregados em 4,6 pontos percentuais no período) e do conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas (onde ocorreu um aumento relativo dos empregados sem carteira sobre o total de empregados em 0,2 ponto percentual no período) (Gráficos 18, 19 e 20).

Entre os servidores públicos contratados formalmente, residentes na cidade do Rio de Janeiro, não ocorreram grandes mudanças, no período 2002-2006, em termos de seu peso relativo no interior das condições ocupacionais assalariadas. Assim, em relação ao conjunto dos empregados, os estatutários declinaram sua participação relativamente em 1,6 pontos percentuais; os empregados públicos com carteira assinada ampliaram ligeiramente sua presença em 0,3 ponto percentual e; os servidores públicos não estatutários sem carteira declinaram relativamente em 0,9 ponto percentual.

Também nas demais Regiões Metropolitanas, naquele lapso de tempo, não ocorreram mudanças bruscas em termos das modalidades empregatícias dos funcionários públicos e sua participação relativa no interior da condição assalariada. Assim, na Região Metropolitana do Rio o percentual de estatutários aumentou em 0,7 ponto percentual; os servidores públicos celetistas também ampliaram relativamente sua presença em 1,3 ponto percentual e os servidores públicos não estatutários sem carteira aumentaram seu peso relativo em 0,8 ponto percentual. Já no somatório das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, comparativamente ao conjunto dos trabalhadores assalariados, entre 2002 e 2006, os estatutários e os servidores do Estado não estatutários sem carteira assinada praticamente mantiveram sua presença relativa e os funcionários públicos celetistas perceberam uma ligeira redução de 0,8 ponto percentual (Gráficos 18, 19 e 20).

Por intermédio da Tabela 3, podemos ver a distribuição da população empregada segundo a modalidade de contrato, se por tempo determinado ou

indeterminado. Através daquela fonte vemos que a modalidade de emprego por tempo determinado era um pouco comum, seja na cidade do Rio de Janeiro, seja no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras. Não obstante, vemos que nos anos de 2002 e 2003, os contratos por tempo determinado, proporcionalmente, eram mais freqüentes na cidade do Rio do que nas demais áreas que vêm sendo estudadas. Curiosamente a partir do ano de 2004 tal realidade se inverteu. Assim, em 2006, somente 3,4% dos contratados cariocas o haviam sido por regime de tempo determinado, ao passo que entre os trabalhadores assalariados metropolitanos fluminenses esse percentual no mesmo ano foi de 5%. Nas seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, em 2006, o peso relativo dos contratos por tempo determinado foi de 5,5%.

Tabela 3 – Distribuição da População Empregada na Semana de Referência Acima de 10 Anos de Idade Segundo Tempo de Duração do Emprego, Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME, 2002-2006

	Cidade do Rio		Região Metropolitana RJ		Total das Seis Regiões	
	Determinado	Indeterminado	Determinado	Indeterminado	Determinado	Indeterminado
2002	4,9%	95,1%	4,0%	96,0%	4,3%	95,7%
2003	5,1%	94,9%	4,1%	95,9%	4,5%	95,5%
2004	3,7%	96,3%	4,9%	95,1%	5,2%	94,8%
2005	3,3%	96,7%	5,4%	94,6%	4,7%	95,3%
2006	3,4%	96,6%	5,0%	95,0%	5,5%	94,5%

Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (não estão incluindo da população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte).

Fonte: PME/IBGE

Voltando aos Gráficos 15, 16 e 17, vemos que na cidade do Rio de Janeiro, entre 2002 e 2006, o percentual de assalariados empregados formalmente (com carteira assinada do setor público e privado, bem como os estatutários) sobre o conjunto de ocupados passou de 45% para 47,4%, representando um aumento de 2,4 pontos percentuais. No mesmo período, na Região Metropolitana fluminense, o peso dos assalariados formais no seio do contingente ocupado também aumentou em 1,7 ponto percentual. No conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME o percentual de assalariados formais sobre o conjunto de ocupados, naquele período de quatro anos, permaneceu praticamente o mesmo.

Mais uma vez por intermédio dos Gráficos 15, 16 e 17, podemos acompanhar a evolução do peso relativo das ocupações autônomas, sem remuneração no interior da

PEA ocupada. Essas formas de ocupação, de acordo com a metodologia da OIT, parcialmente formam parte daquilo que essa instituição classifica por emprego informal ou precário. Não obstante, desagregando aquele conjunto de condições tidas como informais, vemos que em 2006 o peso do trabalho autônomo era mais comum aos cariocas (23,3% do total de ocupados) e metropolitanos fluminenses (23,1% do total de ocupados) do que ao conjunto de ocupados nas seis maiores Regiões Metropolitanas do país (19% do total de ocupados). Por outro lado, o emprego sem remuneração correspondia a uma condição ocupacional mais freqüente no conjunto das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME do que no Município do Rio de Janeiro e Região Metropolitana correspondente. De todo modo vale salientar que essa última condição ocupacional era, do ponto de vista relativo, pouco significativa no seio da população ocupada em todas as localidades que vêm sendo estudadas (Gráficos 15, 16 e 17).

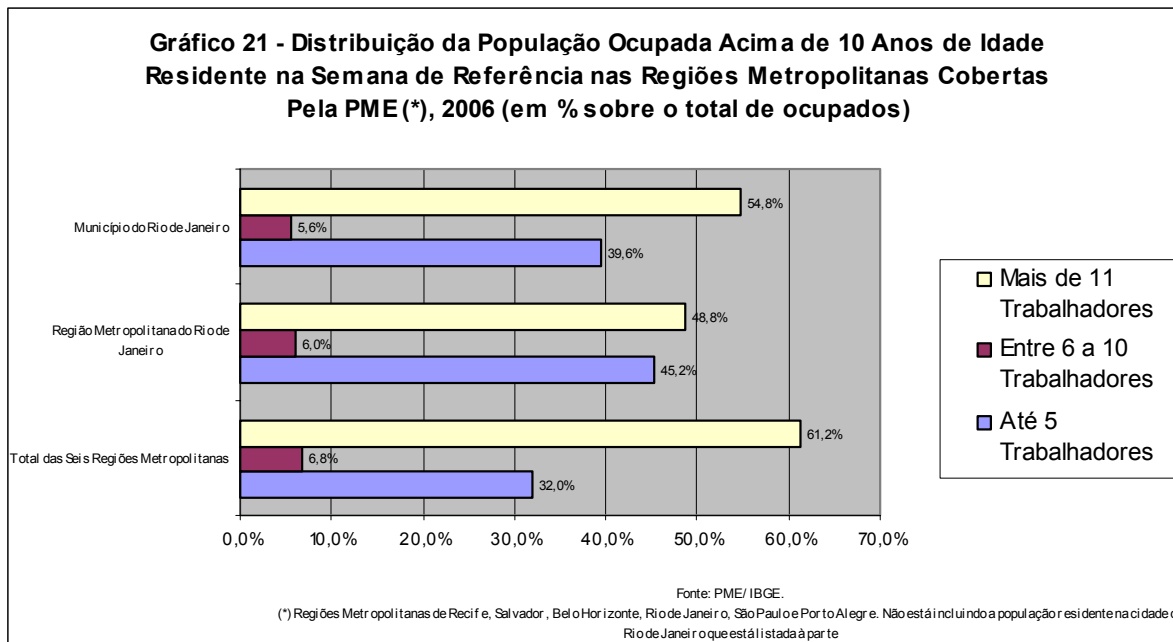
A importância relativa do emprego doméstico no seio da população ocupada era notavelmente maior no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME e na Região Metropolitana do Rio do que na cidade do Rio de Janeiro. Assim, no lapso 2002-2006, a proporção de empregados domésticos no seio da PEA ocupada das seis maiores metrópoles brasileiras passou 7,7% para 8,2% e, na Região Metropolitana fluminense, de 8,9% para 8,6%. Já na cidade do Rio essa proporção declinou ligeiramente de 7,1% para 6,7% da PEA ocupada total (Gráficos 15, 16 e 17).

Na posição ocupacional de empregador, os cariocas apareceram, em comparação às demais Regiões Metropolitanas, com maior intensidade. Desse modo, entre 2002 e 2006, o percentual de ocupados residentes na cidade do Rio nesse tipo de modalidade ocupacional manteve-se em 5,7%. Já na Região Metropolitana do Rio e no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas, o peso dos empregadores no seio da população ocupada estabilizou-se em 4,9% (Gráficos 15, 16 e 17)¹².

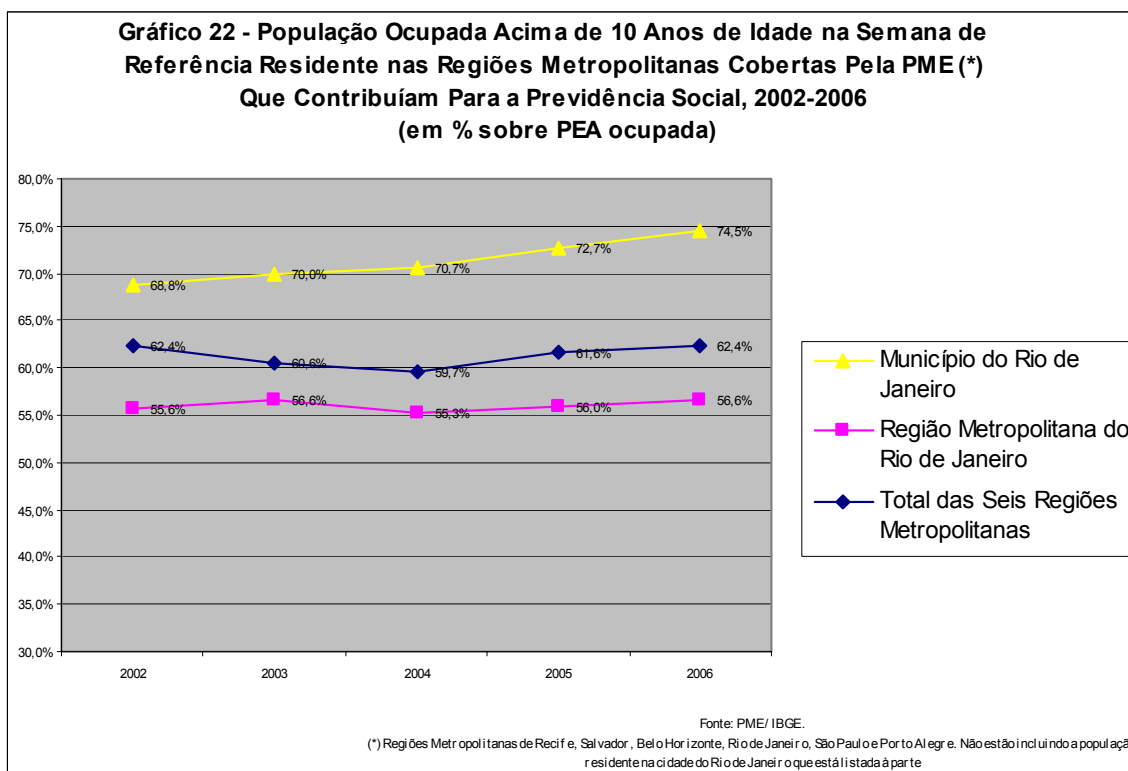
Ainda dentro das categorias ocupacionais definidas como informais pela OIT, outrossim, são definidos enquanto tais os trabalhadores vinculados a negócios com menos de cinco trabalhadores ocupados. Vale salientar que essa definição não diferencia esses trabalhadores em termos da posse ou não posse de registro formal de trabalho ou em termos da condição, se empregado ou empregador. Não obstante, podemos ver pelo Gráfico 21 que no ano de 2006 o peso do emprego em negócios

¹² De qualquer maneira vale salientar que em todas as áreas mencionadas, ou seja, Cidade do Rio, Região Metropolitana do Rio e conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas, nos anos de 2003 e 2004 ocorreu uma pequena elevação no percentual de empregadores sobre a população ocupada total. Assim, o que poderia ter aparecido como uma tendência de aumento relativo não se fez confirmar nos anos subsequentes.

com menos de cinco trabalhadores era maior na Região Metropolitana do Rio do que na cidade do Rio. Todavia, em ambos os casos, o peso da ocupação em negócios com menos de cinco trabalhadores era maior do que ocorria no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras.



Outra possibilidade de leitura da qualidade das ocupações vem a ser o percentual de contribuintes para a Previdência Social. Assim, podendo mobilizar esse recurso pela via da efetiva contribuição, um determinado trabalhador terá favorecido o seu acesso à aposentadoria, bem como aos serviços de assistência social na hipótese de ficar impossibilitado de trabalhar por motivos de doenças, acidente ou, no caso das mulheres, parto.

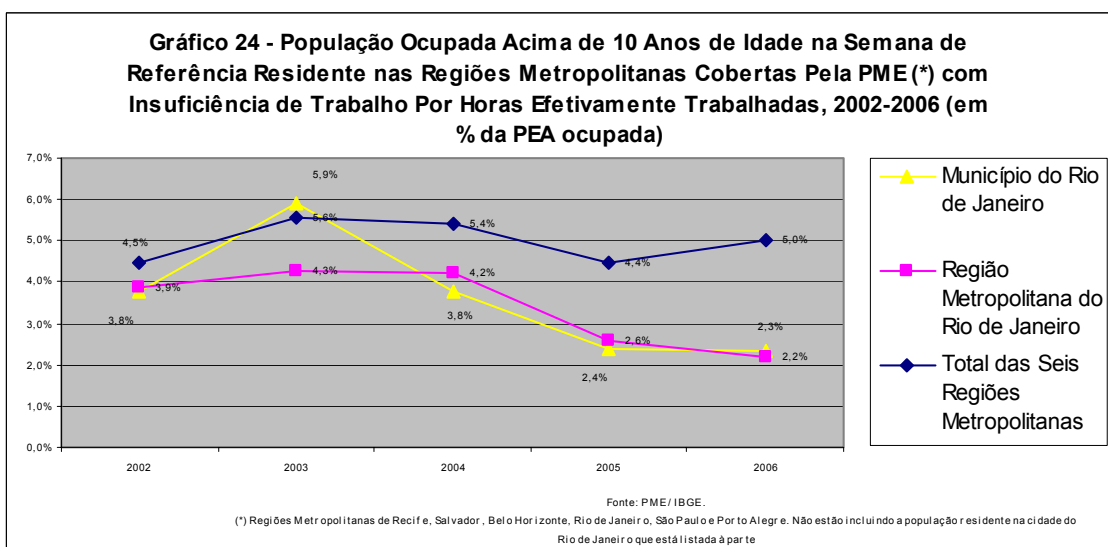
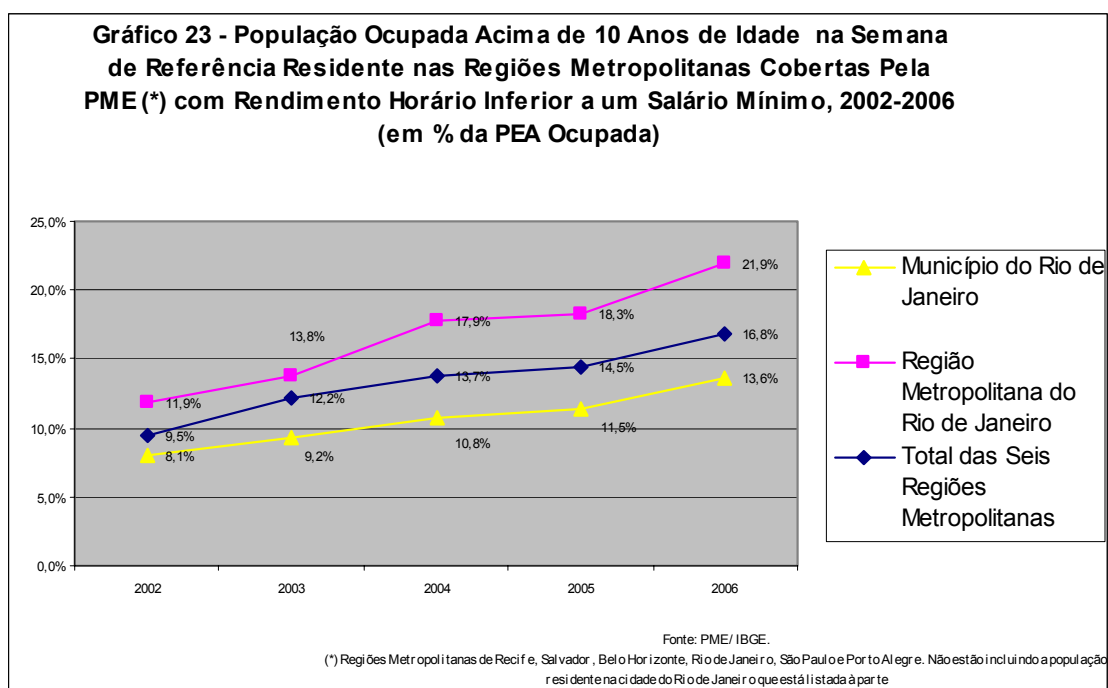


Através do Gráfico 22 vemos que entre 2002 e 2006 ocorreu um aumento relativo da população carioca ocupada que contribuía para a Previdência Social. Assim, nesse intervalo, esta proporção cresceu de 68,8%, para 74,5% sobre o total de ocupados. Tal indicador é, em parte, coerente com o que foi visto em termos da evolução proporcional da população carioca empregada com carteira assinada. Comparativamente, na Região Metropolitana do Rio, o peso relativo dos ocupados com acesso à Previdência Social estabilizou-se no patamar dos 55% naquele período de quatro anos. Já no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras igualmente ocorreu naquele lapso de tempo, uma estabilização da população ocupada com acesso à Previdência Social no patamar dos 62,4%.

No Gráfico 23 vemos o tema da qualidade das ocupações pelo ângulo do grau de subutilização da força de trabalho ocupada segundo insuficiência de remuneração. Esse indicador é definido de acordo com o salário médio mensal auferido pelo trabalhador dividido pelo respectivo número de horas trabalhadas no mesmo período. Assim, chega-se ao rendimento horário médio padronizado do trabalho que é considerado inferior quando for menor do que o rendimento horário correspondente ao salário mínimo daquele determinado período¹³.

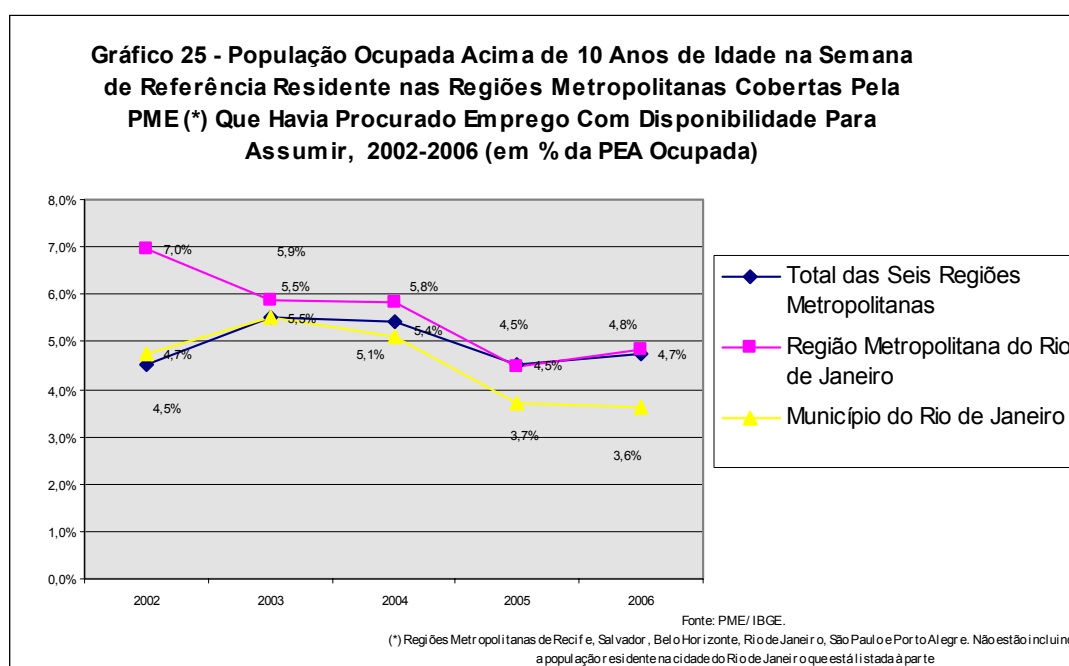
¹³ A respeito da metodologia ver Pesquisa Mensal de Emprego, série Relatórios Metodológicos, vol. 23, IBGE, 2002

Não obstante, ao longo do período 2002-2006 ocorreu um crescimento do percentual de trabalhadores com insuficiência salarial em todas as Regiões Metropolitanas brasileiras cobertas pela PME. Na Cidade do Rio, especificamente, essa proporção elevou-se proporcionalmente de 8,1% para 13,6% dos ocupados. Apesar desse sensível crescimento relativo, vale salientar que tais dados apresentados, ao longo de todo o período daqueles quatro anos, foram inferiores ao encontrado na Região Metropolitana do Rio e conjunto de seis maiores Regiões Metropolitanas.



Por intermédio do Gráfico 24, podemos ver a proporção de ocupados cuja força de trabalho estava subutilizada por insuficiência de horas trabalhadas. Nesse caso, o critério definidor do conceito é a quantidade de horas trabalhadas que quando fica abaixo de quarenta horas semanais, e havendo o desejo de se trabalhar uma jornada maior, é considerada insuficiente¹⁴.

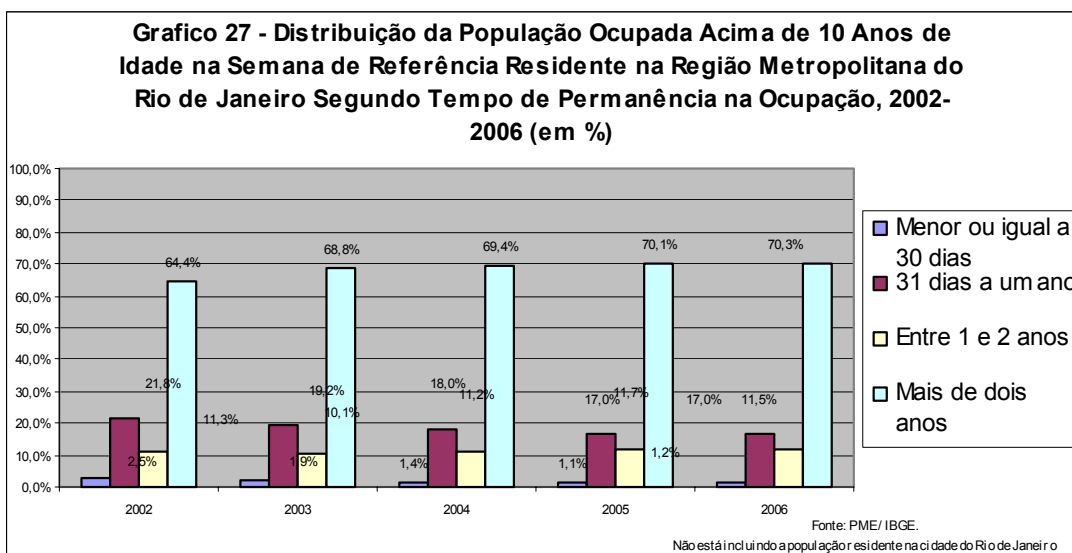
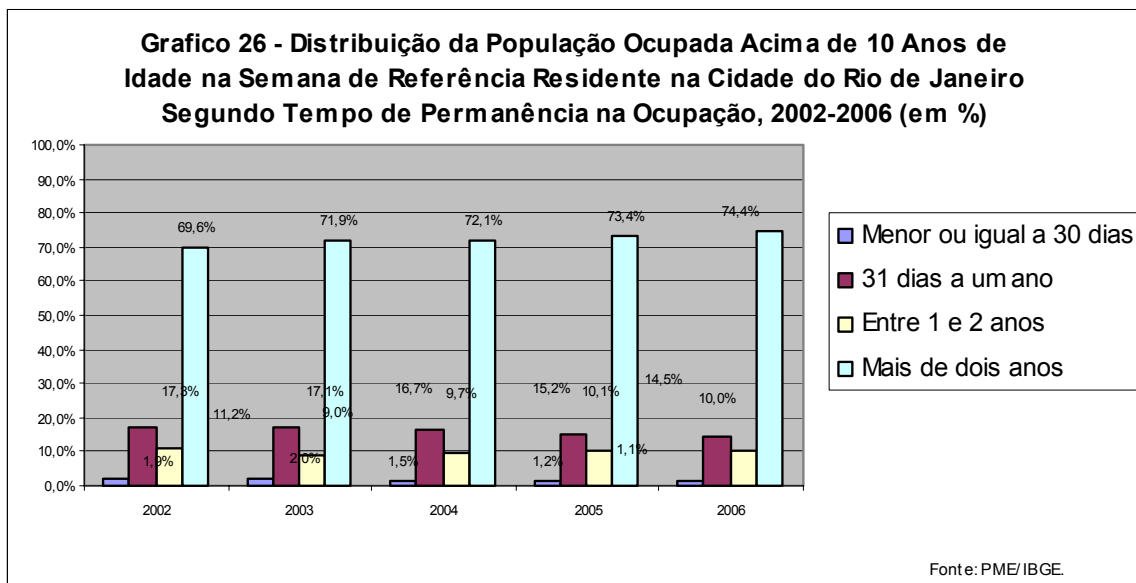
Sem embargo, mais uma vez verificou-se que o percentual de cariocas ocupados que estavam subutilizando sua força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas era inferior tanto ao percentual de trabalhadores na mesma situação da Região Metropolitana do Rio, quanto do conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. De qualquer maneira podemos salientar que em todas as áreas estudadas a insuficiência de trabalho por rendimento auferido foi mais acentuada que a insuficiência de trabalho por horas efetivamente trabalhadas.

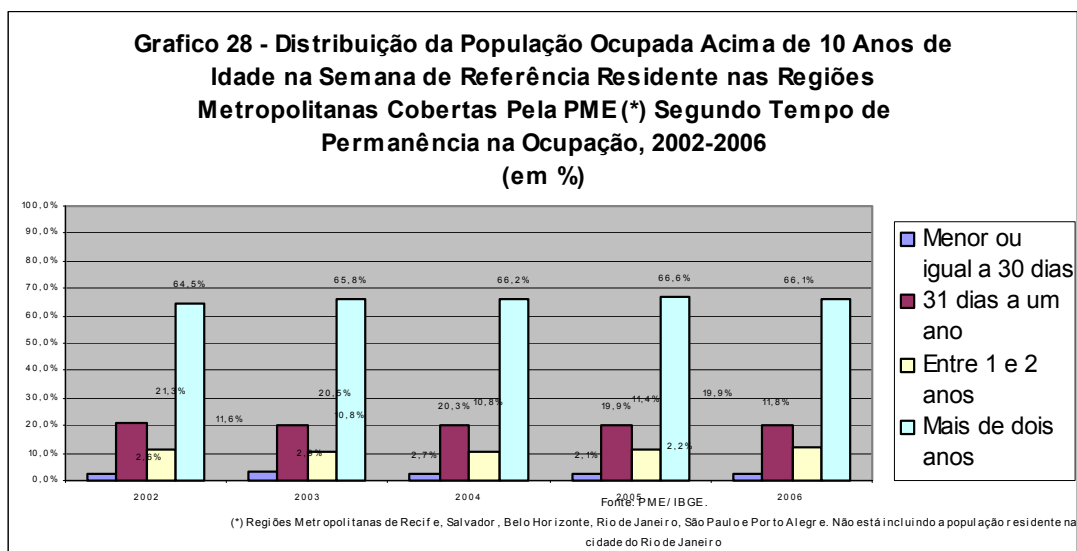


A qualidade das ocupações também pode ser, ao menos parcialmente, mensurada por intermédio do peso dos que estavam ocupados e que ainda assim procuraram outro emprego com pronta disponibilidade para assumi-lo caso o encontrassem. Através do Gráfico 25 vemos que o peso dos que buscaram ocupação mesmo estando trabalhando não abrangeu um percentual mais significativo da

¹⁴ A respeito do conceito desse indicador também ver Pesquisa Mensal de Emprego, série Relatórios Metodológicos, vol. 23, IBGE, 2002.

população ocupada, na verdade, tendo ocorrido uma queda relativa no indicador entre 2002 e 2006, tanto na Cidade do Rio, quanto nas demais Regiões Metropolitanas. Tais dados igualmente sugerem uma certa associação com o que foi visto no Gráfico 24, quando abordamos a insuficiência de trabalho por jornada semanal exercida. Ainda assim, frise-se que o percentual de pessoas ocupadas que buscavam uma outra ocupação alternativa na capital do Estado do Rio, especialmente nos anos posteriores a 2004, apresentou-se relativamente menor do que o ocorrido no conjunto das demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.





Através dos Gráficos 26, 27 e 28 vemos a distribuição da população ocupada segundo o tempo de permanência na ocupação no período de 2002 a 2006. De acordo com a fonte, o percentual de ocupados na cidade do Rio de Janeiro com mais de um ano na ocupação nesse último ano era de 84,4%, tendo esse percentual crescido no lapso em apreço em 3,6 pontos percentuais. Essa evolução positiva também foi encontrada na Região Metropolitana do Rio onde a proporção de ocupados há mais de um ano cresceu de 75,7% para 81,8% no período. Também no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME o percentual de ocupados há mais de dois anos percebeu elevação, todavia menor, de 76,1%, em 2002, para 77,9%, em 2006.

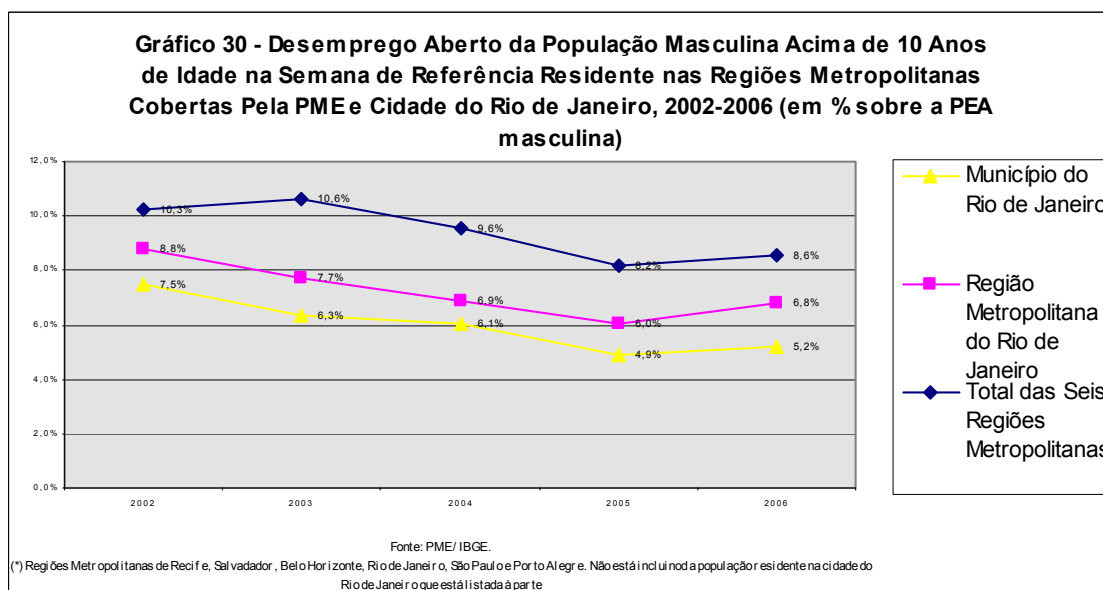
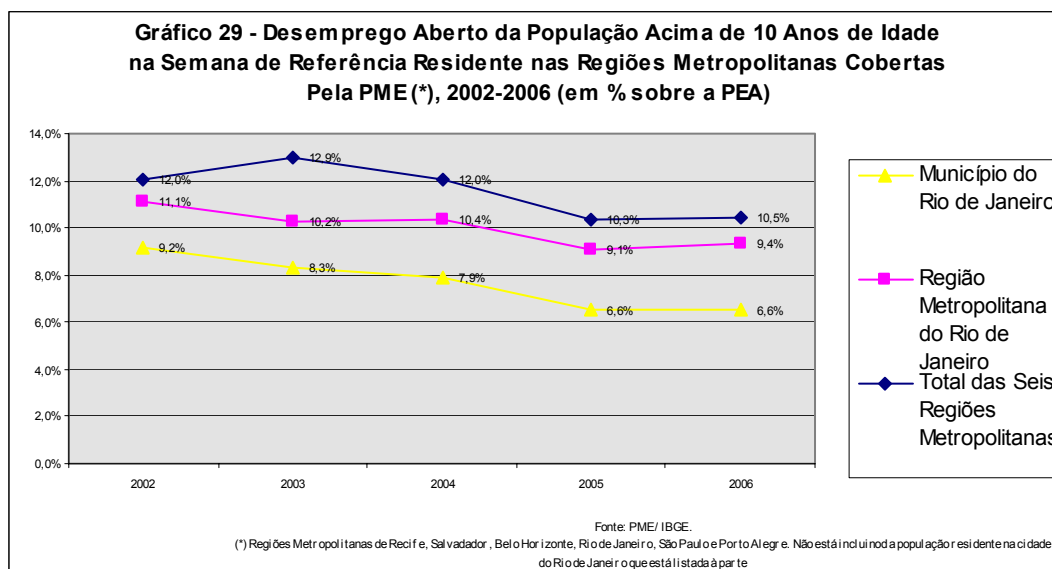
Dessa forma, ao longo desses quatro anos, tanto na cidade do Rio, como no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas ocorreu um decréscimo dos ocupados há menos de um ano e ampliou-se o percentual de ocupados há mais de um ano, quiçá refletindo uma ligeira melhoria da qualidade do mercado de trabalho metropolitano nesse lapso, após mais de uma década de perda contínua em termos de sua capacidade de gerar ocupações mais estáveis (C.f. SABÓIA, 2006).

6. Perfil da população desempregada

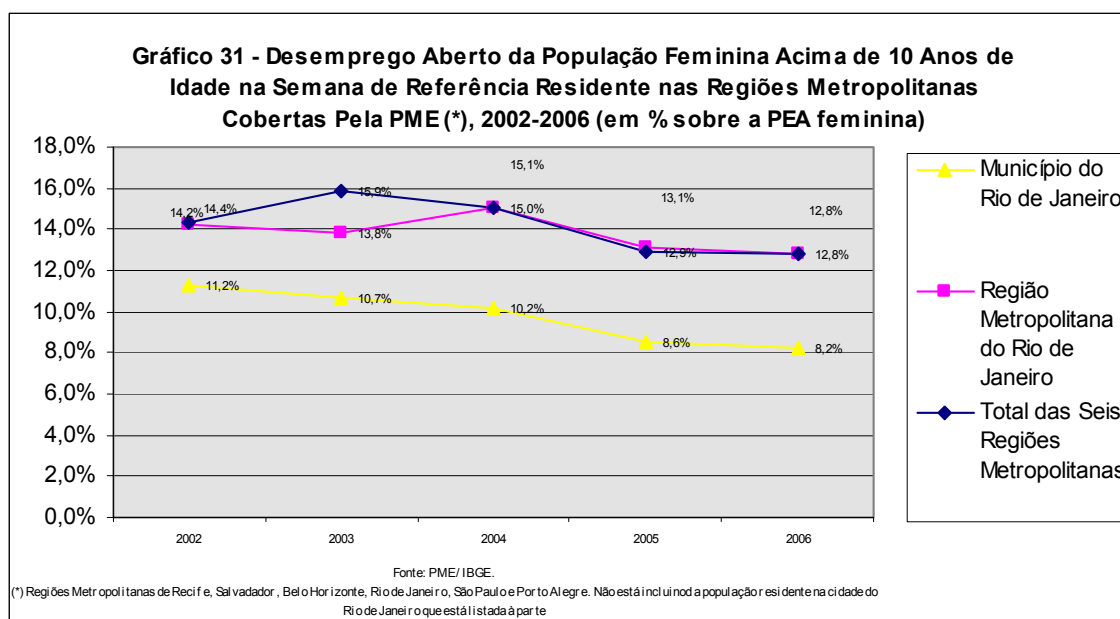
Na presente seção comentaremos o comportamento das taxas de desemprego aberto na cidade do Rio de Janeiro e nas seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. A definição de taxa de desemprego utilizada pelo IBGE compreende as pessoas que não tiveram ocupação na semana de referência, mas que haviam procurado por

alguma no mês que antecedeu a realização da pesquisa. Por taxa de desemprego é definido o percentual de pessoas que procuraram ocupação nos moldes agora expostos sobre o contingente total que forma a PEA. Ainda a esse respeito cabe salientar que, visando tornar o texto mais amigável ao leitor, estaremos utilizando o termo desemprego de forma mais livre do que a definida pela literatura que compreende a situação descrita como desocupação.

Através do Gráfico 29 vemos que as taxas de desemprego entre os cariocas perduraram durante todo o período 2002-2006 inferiores às mesmas taxas verificadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e ao conjunto de seis maiores metrópoles cobertas pela PME. Outra informação relevante foi o fato de que ao longo daquele lapso de tempo as taxas de desemprego recuaram em todas as seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, bem como na cidade do Rio.



A desagregação das taxas de desemprego pelos grupos de sexo nos revela primeiramente que, acompanhando os indicadores de desemprego para toda a população, as pessoas do sexo masculino residentes na capital do Estado do Rio apresentaram taxas inferiores a de seus companheiros das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Em segundo lugar, tanto nas seis maiores Regiões Metropolitanas, tanto na Região Metropolitana do Rio, bem como na cidade do Rio, as taxas de desemprego dos homens eram inferiores às respectivas médias locais (Gráficos 29 e 30).

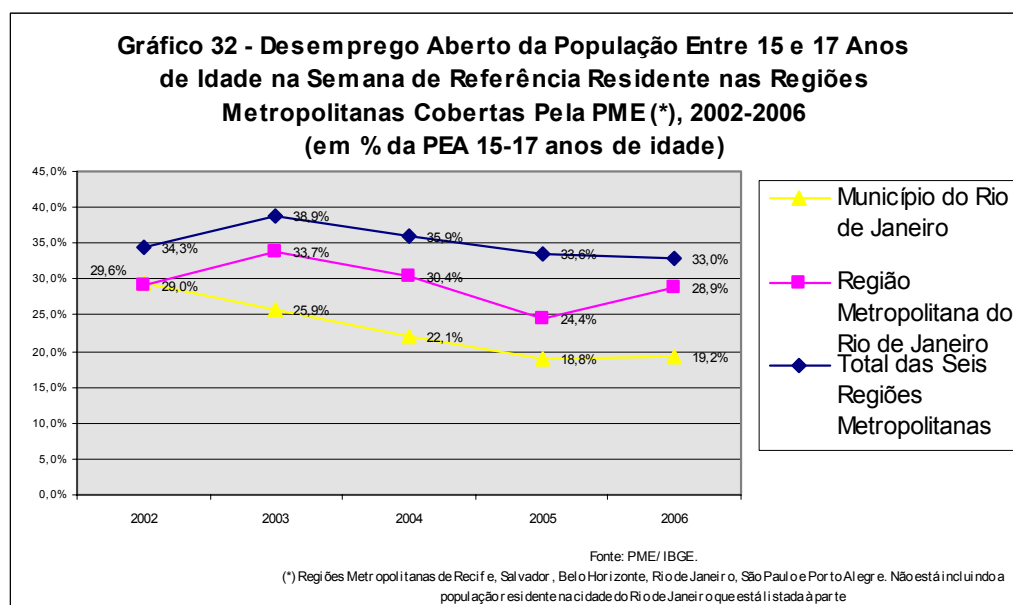


Coerentemente, aos dados comentados sobre a população masculina, as taxas de desemprego das mulheres de todas as Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, bem como na cidade do Rio, apresentaram-se durante todo o lapso 2002-2006 maiores que a da população masculina. Também vale frisar que o movimento dos indicadores de desemprego da PEA feminina naquele período, em geral, tendeu ao declínio muito embora, sempre valendo lembrar, jamais a ponto de chegar a ser inferior do que as taxas de desempregos entre os homens das respectivas Regiões Metropolitanas.

Em termos comparativos, as taxas de desemprego das mulheres cariocas apresentaram-se inferiores às de suas companheiras das demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Assim, na média do ano de 2006, a taxa de desemprego entre as pessoas residentes na cidade do Rio do sexo feminino foi de 8,2%. Já os indicadores apresentados tanto pelas mulheres da Região Metropolitana do Rio, como do conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME,

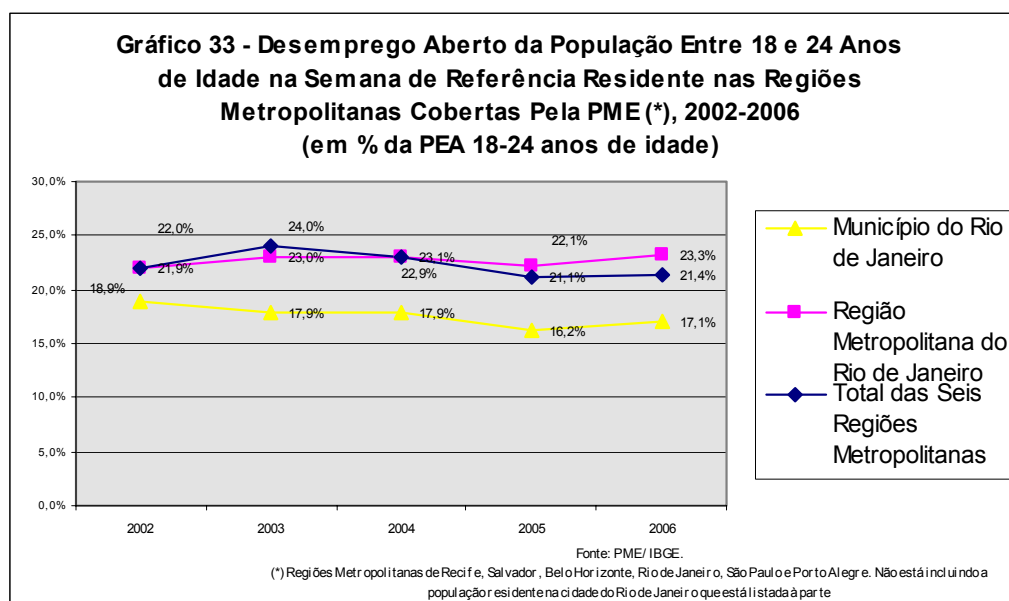
igualaram-se em 12,8%, ou seja, 4,6 pontos percentuais superiores que aos dados apresentados pelas cariocas. Na verdade, o comportamento dos indicadores das taxas de desemprego de mulheres da Região Metropolitana do Rio e do conjunto das Regiões Metropolitanas, ao longo daquele intervalo de quatro anos, com exceção do ano de 2003, tendeu fundamentalmente a convergir (Gráfico 31).

Através dos Gráficos 32 a 35 podemos acompanhar o comportamento das taxas de desemprego da população das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME desagregada pelas faixas etárias selecionadas de 15 a 17 anos de idade; de 18 a 24 anos de idade; 25 a 49 anos de idade e; com idade superior a 50 anos de idade.



Ao analisarmos o comportamento das taxas de desemprego dos jovens cariocas durante o período 2002-2006 podemos ver que ocorreu um movimento um tanto diferenciado vis-à-vis ao sucedido com as mesmas taxas das demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Assim, no ano de 2002 a taxa de desemprego dos cariocas e metropolitanos fluminenses era basicamente a mesma, situada no patamar dos 29%. Já no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME esse indicador era superior naquele ano em cerca de cinco pontos percentuais. Todavia, quatro anos depois a taxa de desemprego entre os jovens das seis maiores Regiões Metropolitanas do país e da Região Metropolitana do Rio havia se reduzido, respectivamente, em 1,4 e 0,7 ponto percentual. Já entre os jovens cariocas essa redução foi mais acentuada, tendo declinado, no mesmo lapso de quatro anos, praticamente dez pontos percentuais (Gráfico 32).

No que tange a evolução do desemprego entre os jovens entre 18 e 24 anos de idade das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras no período 2002-2006, vemos que em todas as Regiões Metropolitanas, e em todos os anos estudados, as taxas de desemprego dos jovens dessa faixa de idade apresentaram-se abaixo das taxas de desemprego dos jovens da faixa etária anterior, entre 15 a 17 anos de idade. Por outro lado, nem no conjunto das Regiões Metropolitanas, nem no Município do Rio de Janeiro chegou a ocorrer um movimento nitidamente declinante das taxas de desemprego entre as pessoas entre 18 e 24 anos de idade naquele intervalo de quatro anos. Assim, entre os jovens cariocas desse patamar etário o declínio nas taxas de desemprego foi de modesto 1,8 ponto percentual. Nas Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, a taxa de desemprego dos jovens entre 18 e 24 anos de idade percebeu uma redução no período de 0,5 ponto percentual. Na Região Metropolitana do Rio, chegou mesmo a ocorrer um aumento de 1,3 ponto percentual na taxa de desemprego entre os jovens daquela faixa etária (Gráfico 33).



Enfim, o fato do declínio das taxas de desemprego entre os jovens dessa faixa etária ter se dado em um ritmo tão modesto (na verdade tendo crescido ligeiramente entre os jovens de 18 a 24 anos de idade residentes na Região Metropolitana fluminense), igualmente pode, e talvez deva, ser lido dentro do temário da violência urbana que assola especialmente as pessoas desse grupo etário, mormente as do sexo masculino¹⁵.

¹⁵ Sobre o impacto das mortalidades por causas externas e homicídios entre os jovens de todo o país e do conjunto das Regiões Geográficas brasileiras ver Paixão *et al* (2005).

Gráfico 34 - Desemprego Aberto da População Entre 25 e 49 Anos de Idade a Semana de Referência Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*), 2002-2006 (em % da PEA 25-49 anos de idade)

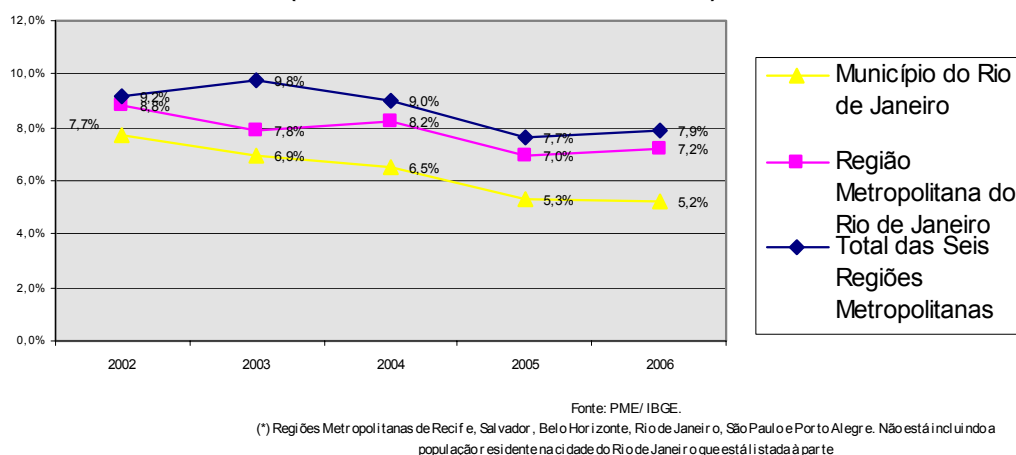
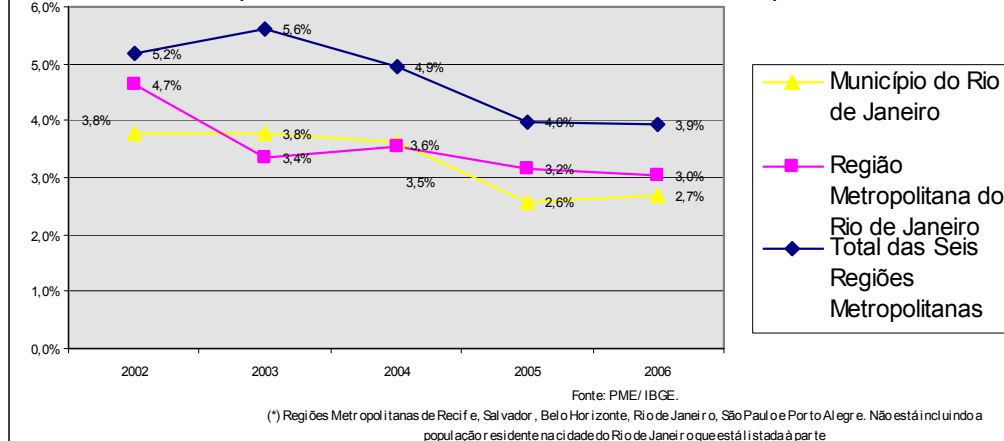


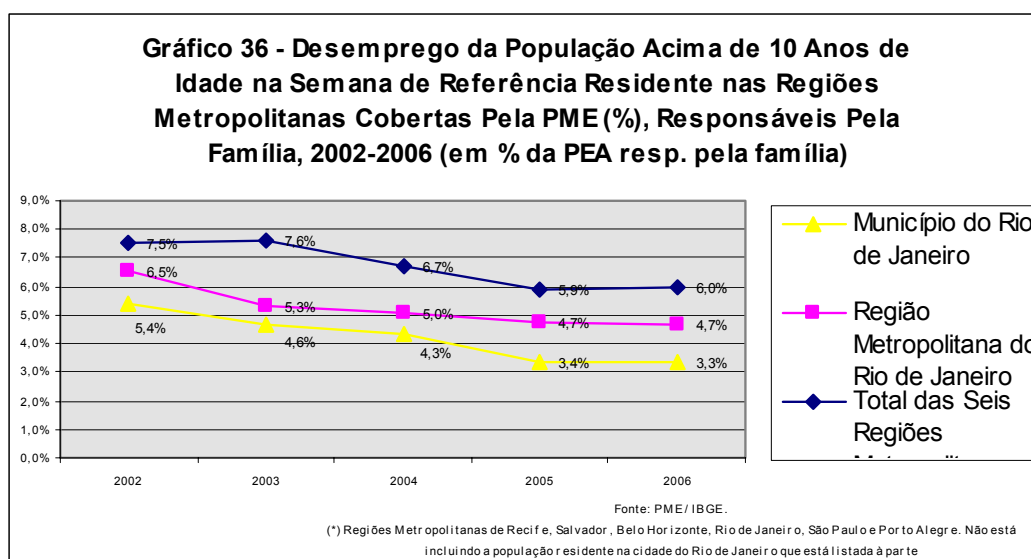
Gráfico 35 - Desemprego Aberto da População Com Mais de 50 Anos de Idade na Semana de Referência Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*), 2002-2006 (em % da PEA com mais de 50 anos de idade)

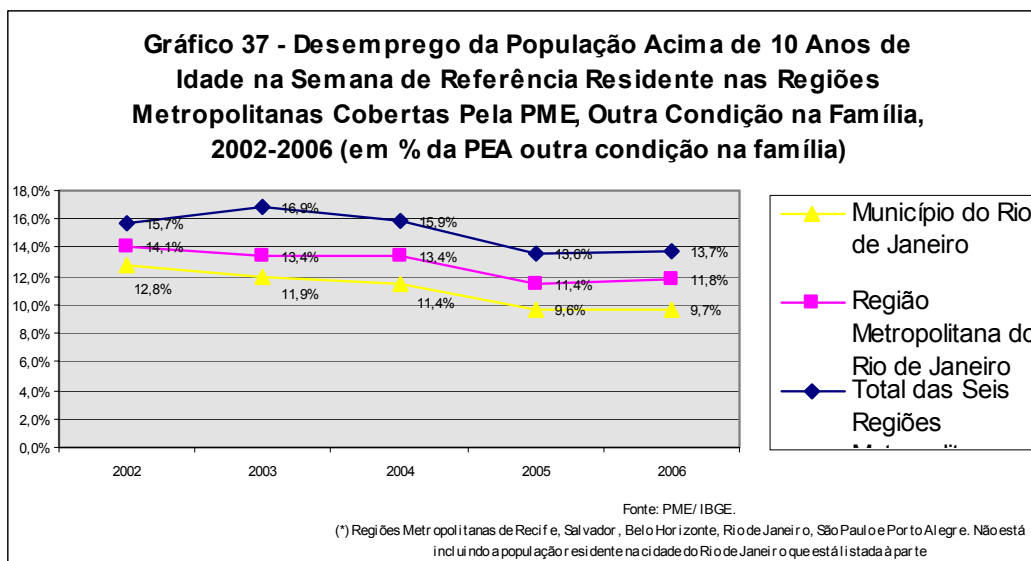


No Gráfico 34 vemos a evolução, no interregno 2002-2006, das taxas de desemprego na população em idade madura (25 a 49 anos de idade) residente nas seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, na Região Metropolitana do Rio e na cidade do Rio. Comparativamente às faixas etárias mais jovens podemos ver que o impacto do desemprego entre essas pessoas era sumamente inferior em todas as áreas recém mencionadas. Por outro lado, mais uma vez, as taxas de desemprego das pessoas daquele grupo etário na capital do Estado do Rio apresentaram-se inferiores ao do conjunto das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME durante todo o período estudado.

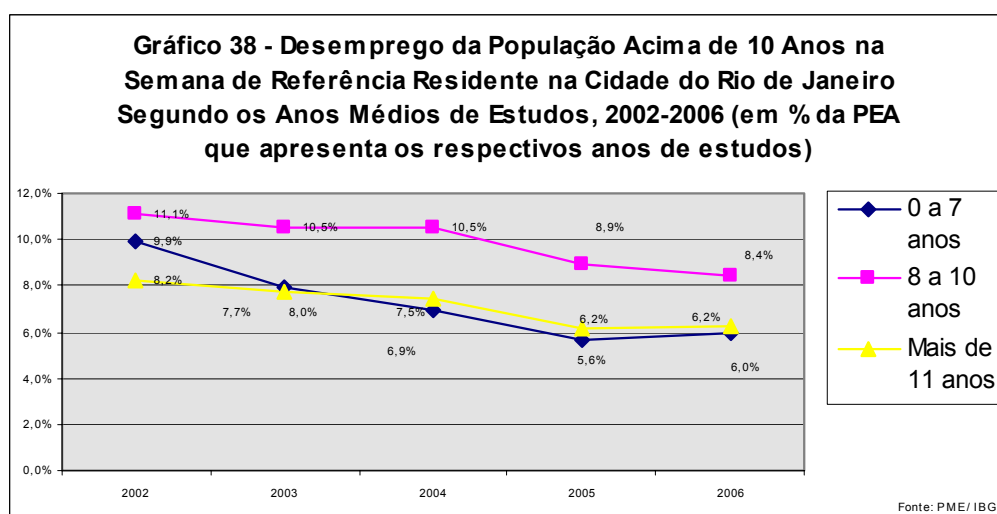
Quanto a evolução das taxas de desemprego entre a população com idade superior a 50 anos de idade, no intervalo 2002-2006, vemos que nessa faixa etária o problema se apresentava com gravidade inferior comparativamente aos demais grupos de idade. Na cidade do Rio de Janeiro essa taxa evoluiu de 3,8%, em 2002, para 2,7%, em 2006. Esse movimento declinante das taxas de desemprego para os trabalhadores acima de 50 anos de idade também esteve presente nas demais Regiões Metropolitanas pesquisadas pela PME. Porém, as taxas de desemprego dessas metrópoles sempre apareceram superiores ao que o verificado na capital do Estado do Rio (Gráfico 35).

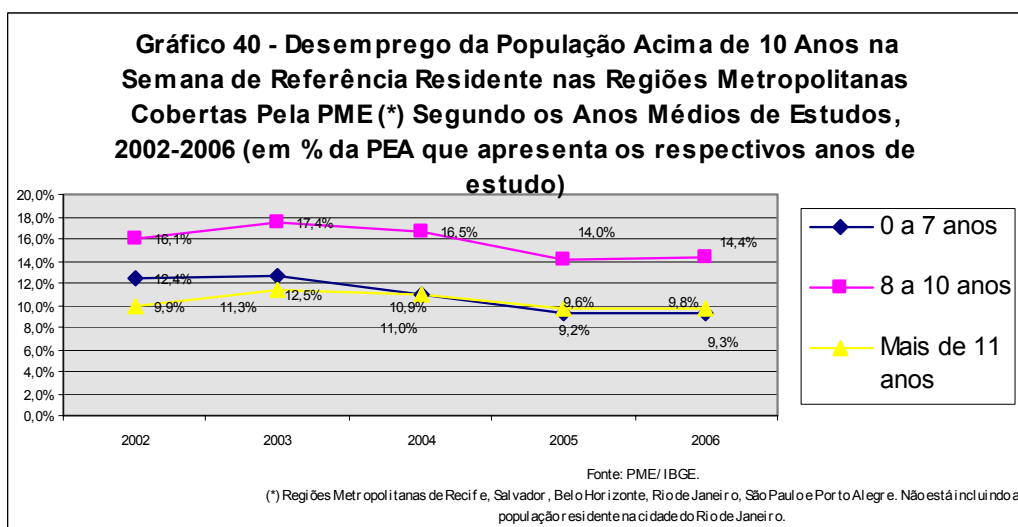
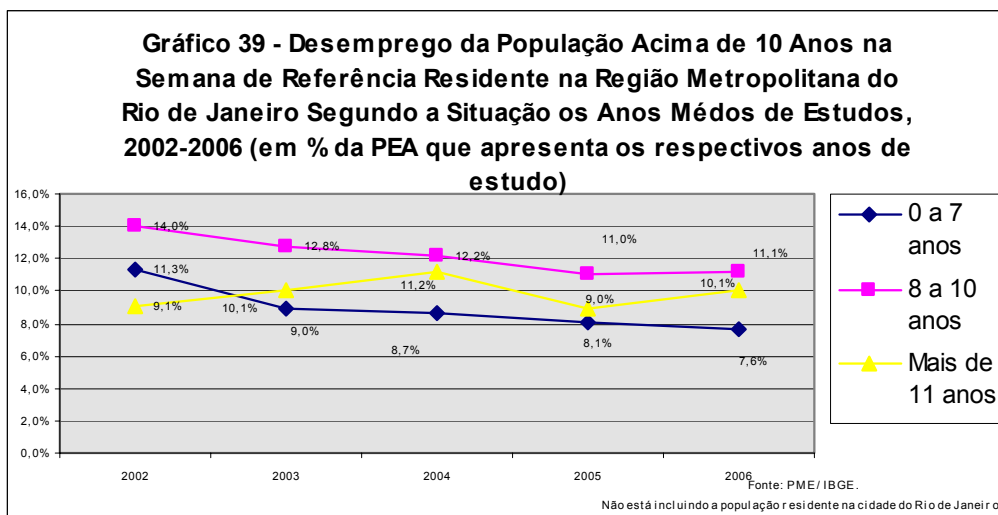
O comportamento dos indicadores sobre as taxas de desemprego desagregado por sexo e faixas etárias também se coaduna com essas mesmas taxas desagregadas pela condição familiar. Assim, coerentemente ao que vimos analisando ao longo da presente seção acerca da intensidade do desemprego desagregado por faixas etárias, no intervalo 2002-2006, a taxa de desemprego entre os chefes de família apresentavam-se nitidamente inferiores às taxas encontradas entre as pessoas que possuíam outra condição no seio da família. Essa diferença aparecia nitidamente em todos os pontos da série, mais uma vez realçando-se que entre os residentes na cidade do Rio, tanto chefes de família como os que viviam em outra condição no interior da família, as taxas de desemprego eram inferiores ao conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME (Gráficos 36 e 37).





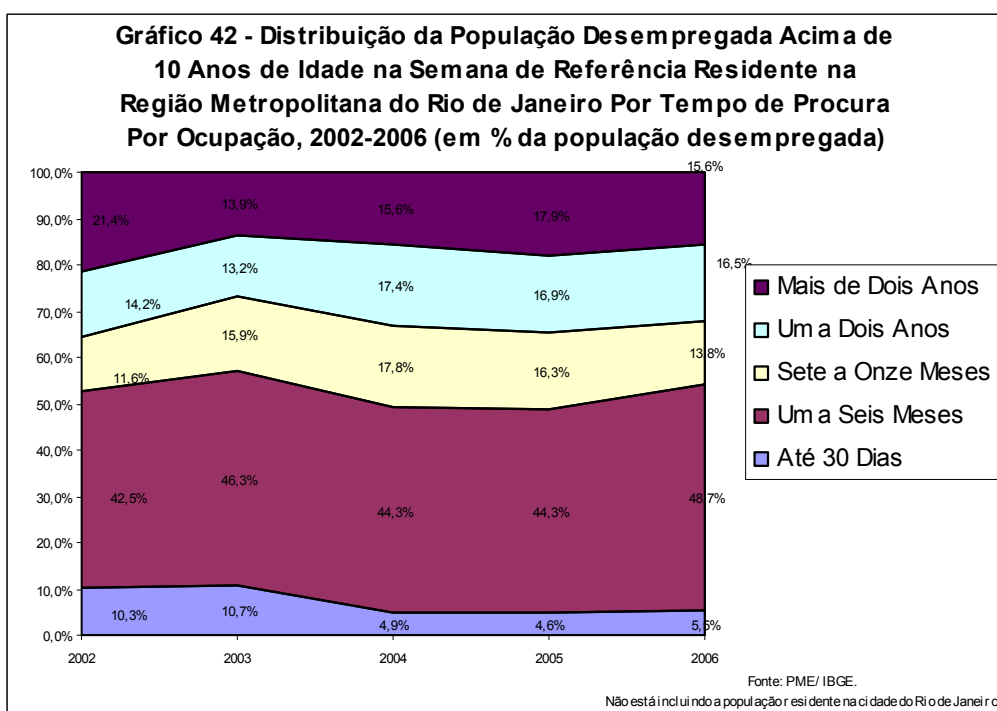
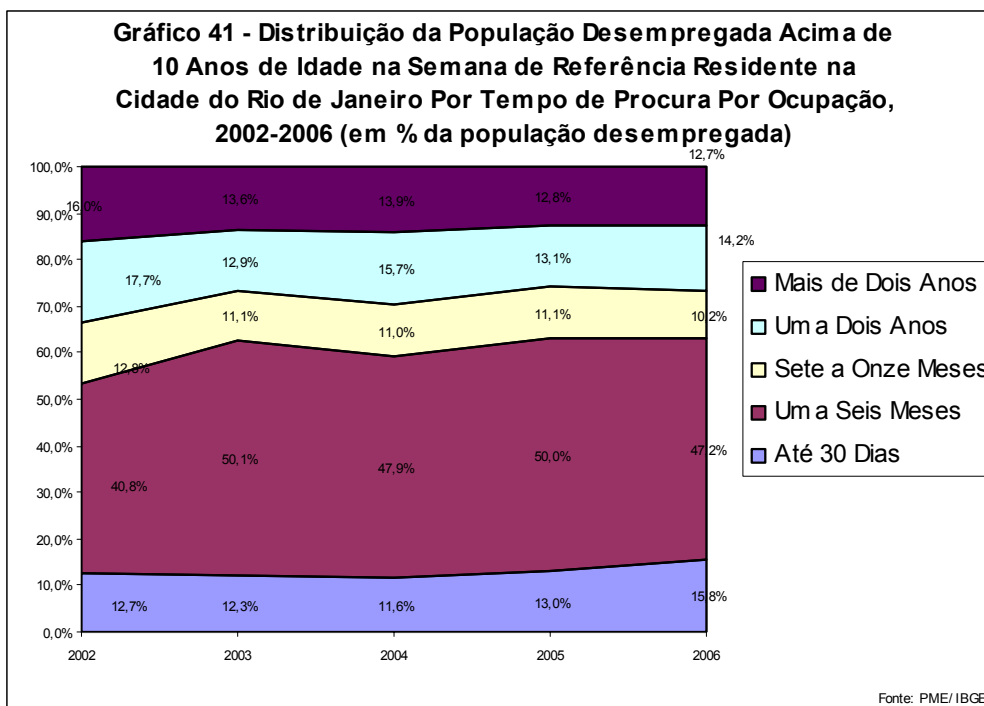
O estudo do impacto do desemprego no seio da PEA segundo a situação de instrução revela outros importantes aspectos do problema. Assim, durante todo período 2002-2006, na cidade do Rio, as taxas de desemprego apresentaram-se maiores para as pessoas que tinham entre 8 a 10 anos de estudo, ou seja, o segundo grau incompleto. Isso mesmo levando-se em consideração que durante o interregno ocorreu uma redução da taxa de desemprego para todos os níveis de instrução selecionados. No mesmo período as taxas de desemprego entre os que tinham o fundamental incompleto (0 a 7 anos de estudo) e os que tinham ao menos o segundo grau completo (mais de 11 anos de estudo), apresentaram-se maiores e menores umas que as outras em diferentes pontos daquele intervalo de quatro anos, porém fundamentalmente próximas entre si (Gráfico 38).

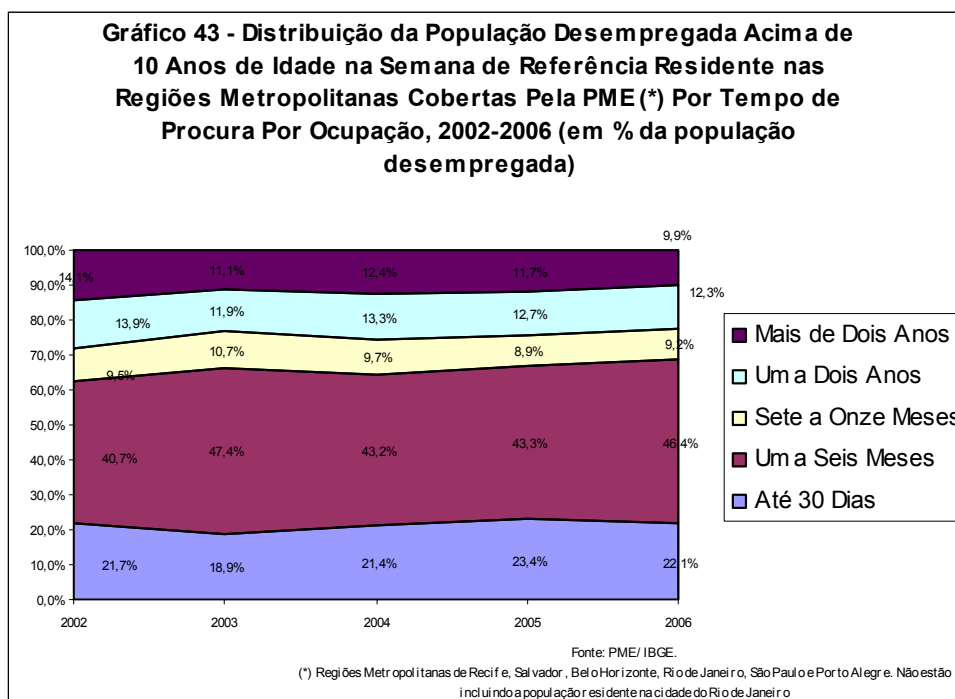




Comparando as taxas de desemprego desagregado por anos de estudos dos cariocas com o conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, podemos ver que em todos os anos do intervalo 2002-2006, e para todos os níveis de instrução agrupados, as taxas de desemprego dos residentes na cidade do Rio apresentaram-se menores. Por outro lado, o comportamento das taxas de desemprego dos metropolitanos fluminenses com mais de 11 anos de estudo, com exceção de 2002, apresentaram-se maiores que as taxas de desemprego que seus colegas da mesma metrópole que possuíam de 0 a 7 anos de estudo. Já no conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, as taxas de desemprego dos que tinham de 0 a 7 anos de estudo apresentaram-se maiores que os que tinham mais de 11 anos de estudo nos anos de 2002 até 2004, tendo essa proporção se invertido desde então. Finalmente, tal como ocorria na cidade do Rio, no somatório de todas as Regiões Metropolitanas estudadas a taxa de desemprego das pessoas com 8 a 10 anos de estudo apresentava-se maior que a mesma taxa dos indivíduos portadores dos níveis

de instrução de 0 a 7 anos de estudo e com mais de 11 anos de estudo. (Gráficos 39 e 40).





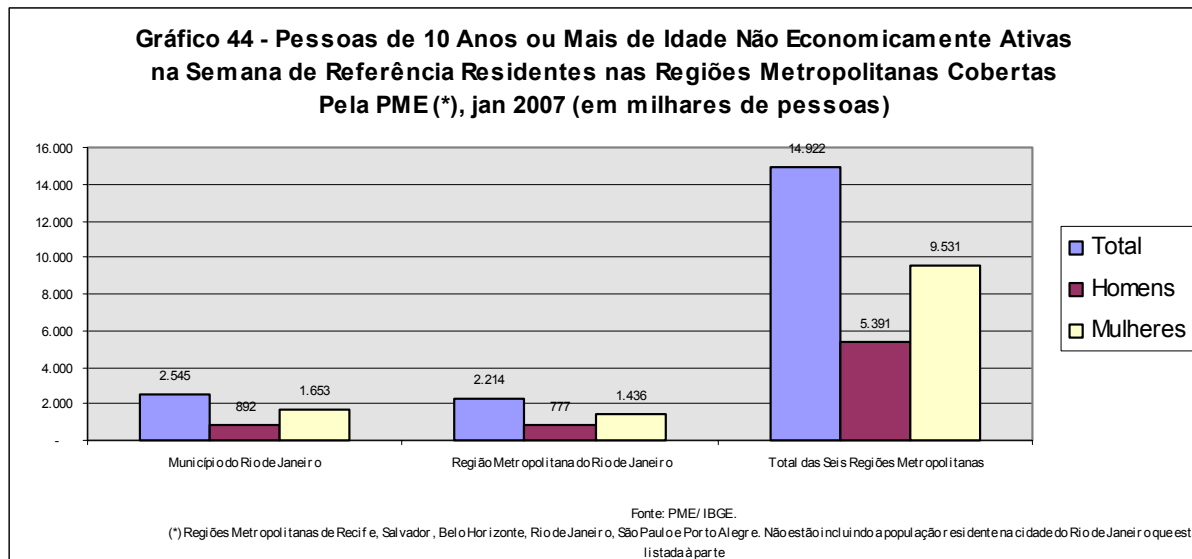
Nos Gráficos 41, 42 e 43 vemos o tempo de procura por emprego por parte da população que estava desempregada durante o período 2002-2006. Através dos mesmos percebemos que provavelmente acompanhando a ligeira melhoria ocorrida no perfil do mercado de trabalho das Regiões Metropolitanas, o tempo de procura por emprego por parte dos desempregados há mais de um ano declinou em todas as áreas cobertas pela PME. Assim, entre 2002 e 2006, na cidade do Rio esse percentual passou de 33,7% para 28,9%; na Região Metropolitana do Rio de 35,1% para 32,1% e; no conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas de 28% para 23,1%.

7. Características gerais da população inativa

Na presente seção vamos ver brevemente o perfil da População Não Economicamente Ativa (PNEA). Por PNEA compreende-se o contingente da PIA que não está ocupada e tampouco procurando emprego no mês de referência do levantamento, nesse último caso estando desempregada. Dito de outro modo, a PNEA corresponde ao contingente dos inativos, portanto sendo diferente da população desempregada, tendo em vista não participar do mercado de trabalho.

No mês de janeiro de 2007, a PNEA da cidade do Rio de Janeiro abrigava uma população de cerca de 2,545 milhões de pessoas, sendo que, dessas, 892 mil pessoas eram do sexo masculino e 1,65 milhões do sexo feminino. Na verdade essa diferença

era comum ao conjunto das demais Regiões Metropolitanas sendo causada pelos mesmos motivos, já apontados anteriormente, derivados dos quais as mulheres participam com menos intensidade do mercado de trabalho que os homens (Gráfico 44).



A PNEA total do Rio de Janeiro correspondia a cerca de 53% da PNEA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 13% da PNEA das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras. Esse conjunto de proporções fundamentalmente se mantinha quando desagregado pelos grupos de sexo, masculino e feminino.

A desagregação etária da PNEA da cidade do Rio revela que o inativos da cidade do Rio com idade superior a 50 anos de idade representavam 45,3% do total, no ano de 2006, tendo essa proporção crescido, desde 2002, em 3,1 pontos percentuais. A proporção de inativos entre 24 e 49 anos de idade naquele intervalo de tempo apresentou uma queda de dois pontos percentuais; entre 15 a 17 anos de idade uma queda de um ponto percentual e; de 10 a 14 anos de idade uma ínfima redução em 0,3 ponto percentual (Tabela 4).

Tabela 4 – Composição da População Não Economicamente Ativa na Semana de Referência Acima de 10 Anos de Idade Segundo Faixas Etárias Seleccionadas Residentes nas Regiões Metropolitanas Brasileiras Cobertas Pela PME, 2002-2006.

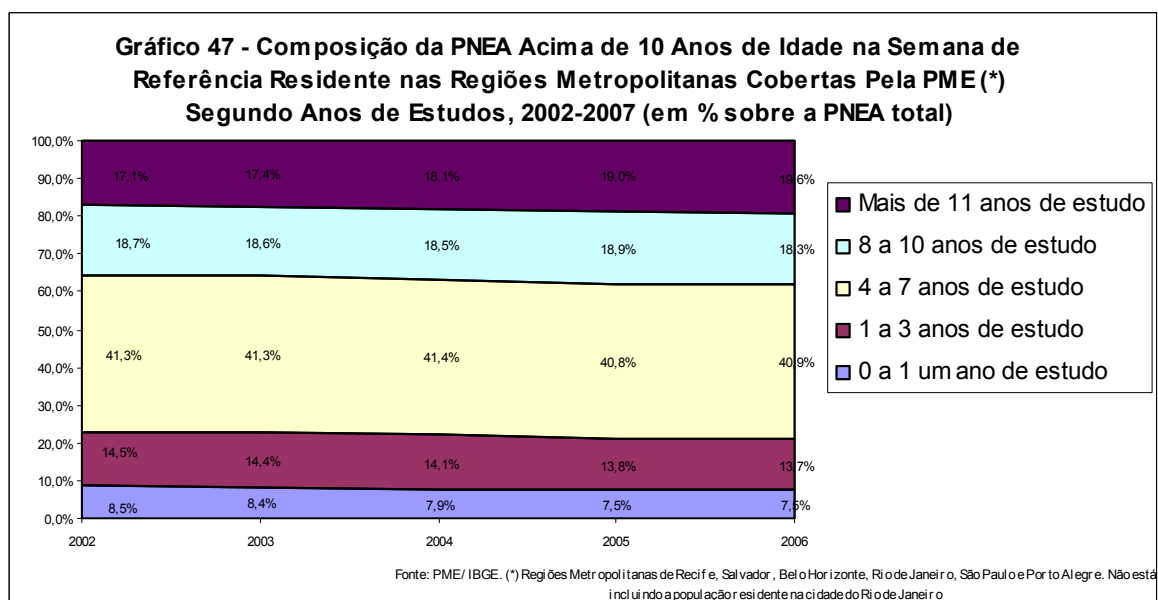
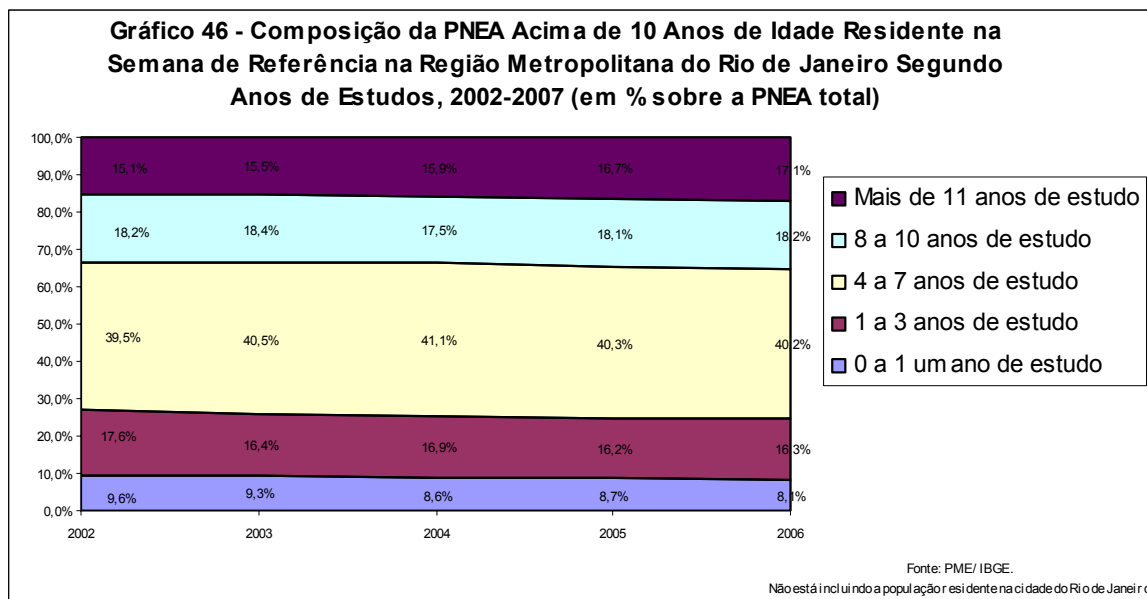
Ano	10 a 14 anos			15 a 17 anos			18 a 24 anos		
	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs
2002	16,9%	20,9%	22,0%	9,7%	10,5%	11,3%	10,7%	11,3%	11,5%
2003	16,6%	21,7%	22,5%	9,6%	10,6%	11,1%	10,8%	11,6%	10,7%
2004	16,7%	21,9%	22,3%	9,2%	10,7%	11,1%	10,7%	10,4%	10,4%
2005	16,5%	22,1%	22,1%	8,9%	11,7%	11,3%	10,4%	11,1%	10,7%
2006	16,6%	22,1%	22,2%	8,8%	11,3%	10,7%	10,7%	10,1%	9,8%

Ano	25 a 49 anos			Mais de 50 anos		
	Rio	RM RJ	RMs	Rio	RM RJ	RMs
2002	20,5%	39,6%	29,2%	42,2%	17,7%	26,0%
2003	19,3%	42,2%	29,6%	43,7%	13,9%	26,0%
2004	18,7%	42,3%	29,2%	44,7%	14,7%	27,0%
2005	18,7%	34,0%	26,3%	45,6%	21,1%	29,6%
2006	18,5%	21,5%	22,1%	45,3%	35,1%	35,2%

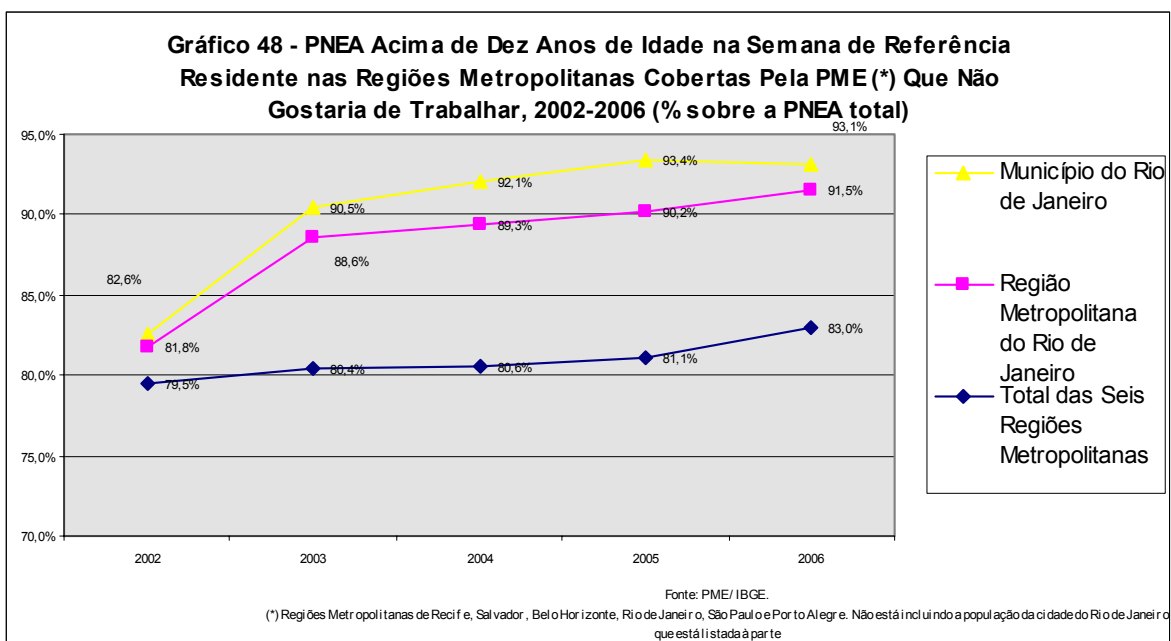
Fonte: PME/IBGE

Obs: RMs = seis Regiões Metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (não estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada a parte); RM RJ = Região Metropolitana do Rio de Janeiro (não está incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada a parte); Rio = Cidade do Rio de Janeiro.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro as mudanças na composição da PNEA foram mais perceptíveis no interregno 2002-2006. Destarte, os inativos com idade acima de 50 anos passaram a responder, de 17,7%, por 35,1% do total. No período a principal redução no interior da PNEA se deu na faixa dos 25 a 49 anos de idade, que apresentaram uma redução, no período, de 18,1 pontos percentuais. No conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras também ocorreu, naquele lapso, um aumento da proporção de inativos com mais de 50 anos no interior da PNEA, porém, comparativamente ao Município e Região Metropolitana do Rio, isso se deu de forma menos acentuada, 9,2 pontos percentuais. No somatório das seis maiores Regiões Metropolitanas, entre 2002 e 2006, a faixa etária entre 25 a 49 anos de idade apresentou queda relativa de 7 pontos percentuais na composição etária da PNEA (Tabela 4).



Ao longo do período 2002-2006 não ocorreram grandes alterações em termos do perfil de instrução da PNEA carioca. De todo modo, podemos ressaltar que o percentual de inativos com mais de onze anos de estudo cresceu proporcionalmente naquele intervalo, 3,4 pontos percentuais. Esse movimento geral também se fez presente nas Regiões Metropolitanas cobertas pela PME muito embora com intensidade ligeiramente menor: 2 pontos percentuais na Região Metropolitana fluminense e 2,4 pontos percentuais no somatório das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.



A PME também contém uma pergunta no corpo de seu questionário onde é perguntado ao entrevistado integrante da PNEA se seria seu desejo trabalhar caso aparecesse alguma efetiva oportunidade para tanto. Pelo Gráfico 48 vemos que na cidade do Rio de Janeiro o percentual de pessoas inativas que não desejariam encontrar uma ocupação passou de 82,6%, em 2002, para 93,1%, em 2006. A proporção de pessoas da Região Metropolitana do Rio que faziam parte da PNEA e que revelaram não desejar uma ocupação, naquele intervalo de quatro anos, passou de 81,6% para 91,5% do total. No somatório das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME o percentual de integrantes da PNEA que não desejavam nova ocupação, no mesmo lapso, passou de 79,5% para 83%.

Desse modo podemos ver que em todas as áreas pesquisadas o percentual de pessoas inativas que não desejavam ocupação cresceu no período compreendido entre 2002 e 2006, com especial destaque para a cidade do Rio, cujos percentuais dos que não ansiavam nova ocupação permaneceu sempre acima das demais Regiões Metropolitanas. Em termos sintéticos, quiçá, tais indicadores tenham refletido ao menos parcialmente o movimento visto acima de aumento da proporção relativa de inativos acima de 50 anos de idade.

8. Padrão de remuneração da força de trabalho

Na presente seção nos centraremos na reflexão sobre o perfil da remuneração da população trabalhadora residente na cidade do Rio. Esse tema foi deixado

propositalmente por último tendo em vista julgarmos que seria melhor analisado a partir de uma compreensão da estrutura geral da participação no mercado de trabalho por parte dos trabalhadores carioca, o que foi feito nas seções anteriores. De forma podermos analisar a estrutura de remunerações de modo mais sintético estaremos nos debruçando sobre os valores reais efetivamente recebidos pela PEA ocupada¹⁶. Os preços estão deflacionados para janeiro de 2007.

Tabela 5 – Média Real e Mediana Real da Remuneração Efetivamente Recebida da População Ocupada na Semana de Referência Acima de 10 Anos de Idade Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME; 2006 (em R\$ de jan de 2007)

	Média (a)	Mediana (b)	Diferença a/b
Cidade do Rio de Janeiro			
Sem Carteira	776,80	462,80	1,68
Com Carteira	1192,50	707,70	1,69
Autônomo	996,30	537,70	1,85
Público	2171,80	1.491,00	1,46
Privado	1106,90	637,10	1,74
Total	1272,10	664,30	1,91
Região Metropolitana do Rio de Janeiro			
Sem Carteira	522,40	415,30	1,26
Com Carteira	781,10	648,90	1,20
Autônomo	572,40	488,10	1,17
Público	1251,00	1.228,90	1,02
Privado	715,30	623,60	1,15
Total	733,40	614,60	1,19
Seis Regiões Metropolitanas (*)			
Sem Carteira	680,90	417,50	1,63
Com Carteira	1089,70	679,20	1,60
Autônomo	803,10	492,90	1,63
Público	1590,10	1.113,00	1,43
Privado	983,90	635,10	1,55
Total	1054,30	628,40	1,68

(*) Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Os rendimentos médios e medianos da população ocupada dessas Regiões Metropolitanas não estão incluindo a população ocupada residente na cidade do Rio de Janeiro que está listada à parte. Os rendimentos medianos das Regiões Metropolitanas supracitadas estão incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: PME/IBGE

¹⁶ A metodologia da PME incorpora duas possibilidades de informação dos níveis de rendimento por parte da população ocupada com renda positiva. A primeira forma envolve a pergunta sobre o rendimento habitualmente recebido. Nesse caso estão incluídos os rendimentos brutos usualmente recebidos pelo trabalhador a cada mês, excluindo-se, portanto, as gratificações eventuais, férias, 13º salário e abonos. Já o outro modo de captação consiste no rendimento efetivamente recebido. Este capta a remuneração auferida a cada mês, tais como as mencionadas na frase anterior. Como estamos trabalhando com rendimentos médios anuais, preferimos optar pela análise dos proventos reais efetivamente recebidos tendo em vista captar melhor o quanto o trabalhador se apropriou de fato em termos monetário ao longo dos anos. O mesmo raciocínio será usado quando formos analisar o tema da jornada de trabalho, se habitual ou efetiva, mais adiante. Para maiores detalhes a esse respeito ver “Pesquisa Mensal de Emprego”, Relatório Metodológico volume 23, ano 2002.

A análise da Tabela 5 revela que a remuneração média praticada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2006, era de R\$ 1.272,10. Esse valor era 91,5% superior ao praticado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em relação à remuneração média das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, o valor da remuneração real média da população carioca era 20,6% superior. Já o estudo dos valores medianos, por razões mais ou menos evidentes, revelam remunerações mais modestas. Assim, na cidade do Rio, naqueles mesmos mês e ano, a remuneração mediana real foi de R\$ 664,30; valor 8,1% superior ao encontrado na Região Metropolitana do Rio e 5,7% superior ao valor mediano das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras (Tabela 5).

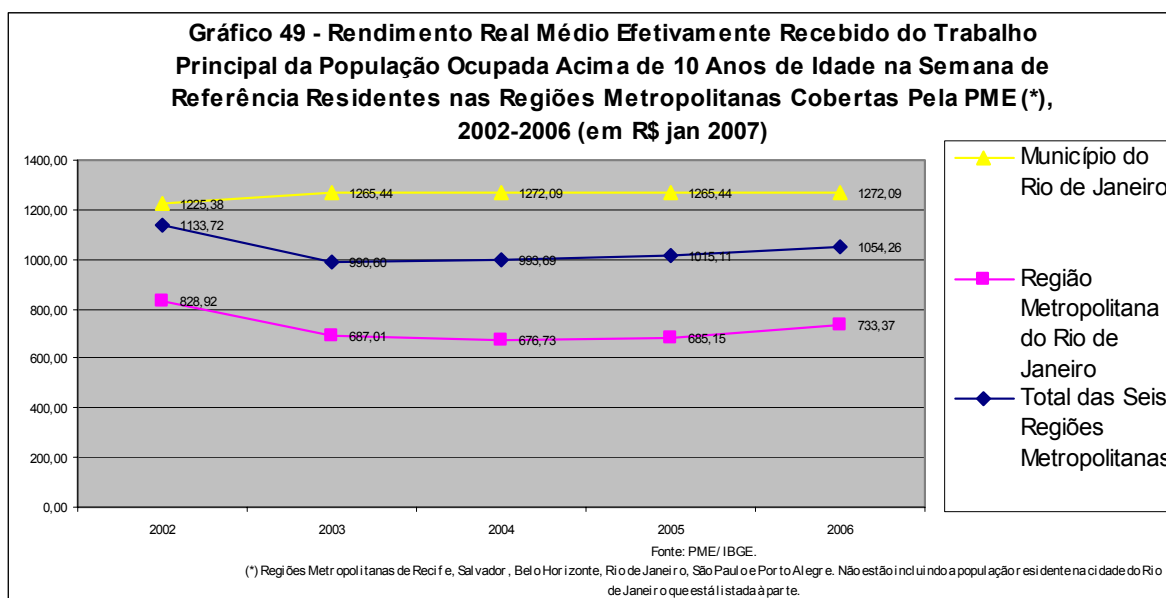
Ao longo de 2006, da população trabalhadora residente na cidade do Rio de Janeiro, os que recebiam melhor remuneração efetiva eram os funcionários públicos, tendo auferido rendimentos 70,7% acima da remuneração real média da cidade e 96,2% superior aos trabalhadores do setor privado. Nesse caso devemos prestar atenção para o fato de que a esmagadora maioria do funcionalismo público está vinculada formalmente aos seus patrões, no caso o próprio Estado, o que amplia a oportunidade da estabilidade no emprego e o correspondente recebimento de rendimentos não habituais como é o caso, por exemplo, das férias e o 13º salário. Já no caso do setor privado a maior presença relativa dos sem carteira tende a comprometer o acesso a formas de rendimentos não habituais. Do mesmo modo não surpreende que a média de remuneração dos trabalhadores com carteira supere os rendimentos obtidos por trabalhadores por conta-própria (em 19,6%) e trabalhadores sem carteira (em 53,5%).

Na média do ano de 2006 todas as categorias ocupacionais descritas na Tabela 5 que residiam na cidade do Rio apresentavam rendimentos superiores aos seus colegas metropolitanos. Assim, na comparação entre os residentes na cidade do Rio e seus companheiros da Região Metropolitana, no que tange às respectivas remunerações, encontramos as seguintes distâncias relativas favoravelmente aos cariocas: trabalhadores autônomos, 74%; funcionalismo público, 73,6%; trabalhadores do setor privado, 54,7%; trabalhadores com carteira, 52,7% e; trabalhadores sem carteira, 48,7%. Comparando-se com os trabalhadores das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, conquanto as distâncias relativas tenham sido menores, mais uma vez foram verificadas diferenças positivas aos cariocas: funcionalismo público, 36,5%; trabalhadores autônomos, 24%; trabalhadores sem

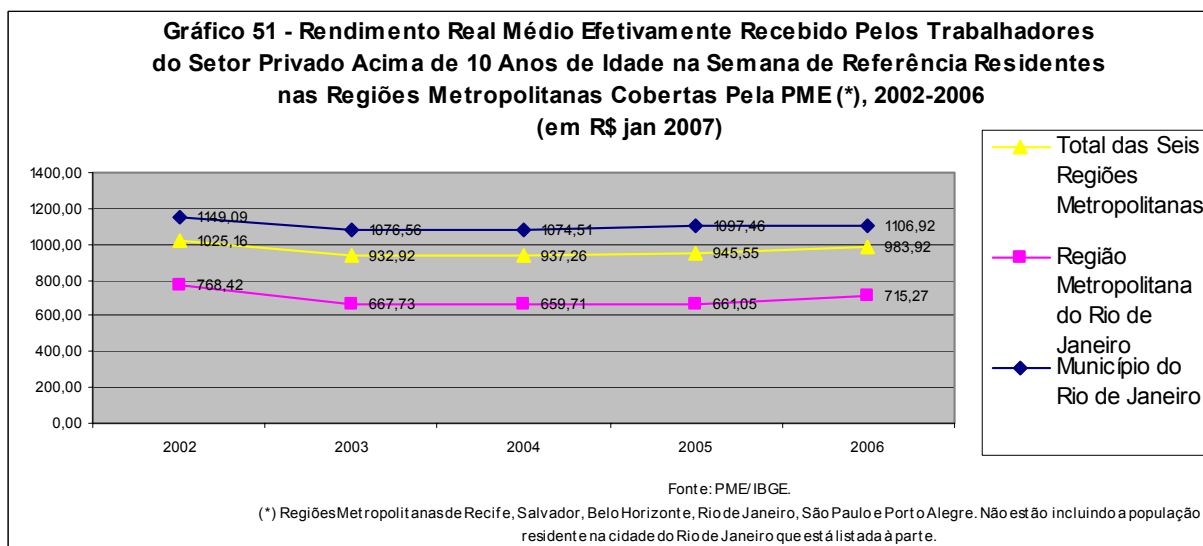
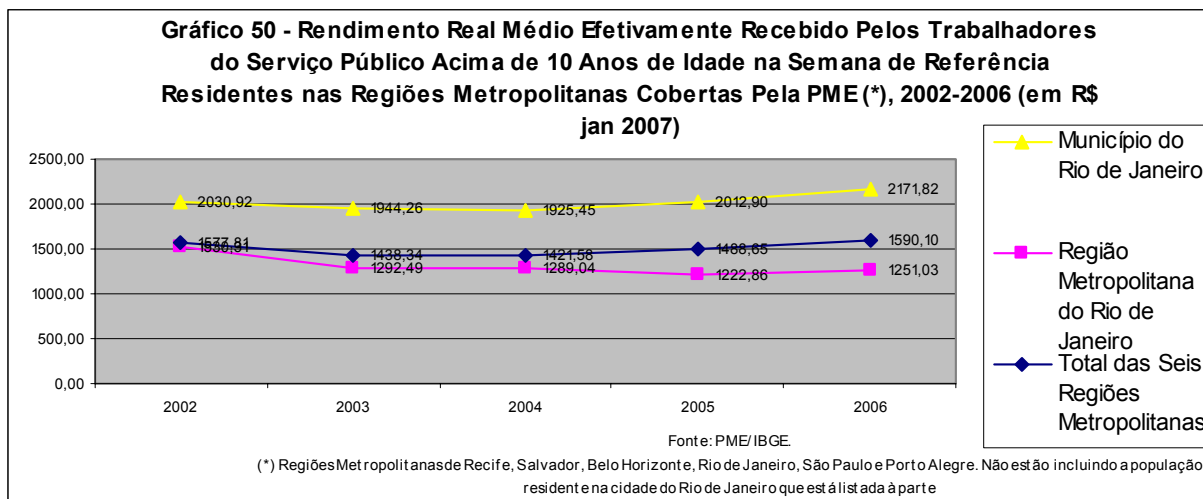
carteira, 14,1%; trabalhadores do setor privado, 12,5% e; trabalhadores com carteira, 9,4% (Tabela 5).

Da análise da Tabela 5 também percebemos que as diferenças entre as remunerações reais efetivas médias e medianas eram nitidamente maiores na cidade do Rio de Janeiro do que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.. Já em relação ao conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, esses hiatos, conquanto sempre presentes, não foram tão expressivos¹⁷.

Apesar de ter ocorrido um movimento de ligeira melhoria da qualidade do mercado de trabalho metropolitano brasileiro ao longo do intervalo 2002-2006, ainda assim esse novo rumo não se fez expressar plenamente em termos do patamar de remuneração praticados nesse lapso de tempo. Assim, naqueles quatro anos, o rendimento real efetivamente recebido pelos residentes na cidade do Rio ocupados cresceu apenas 3,8% tendo praticamente ficado estagnado na mesma posição desde 2003. Nas demais Regiões Metropolitanas ocorreram movimentos semelhantes, com a renda real do trabalho efetivamente recebido tendo caído entre 2002 e 2003, se estabilizando no patamar desse último ano até 2005 e percebendo ligeiro aumento em 2006 (Gráfico 49).



¹⁷ O estudo dessas diferenças é importante por ajudar a revelar o grau de dispersão existente no leque de remunerações. Ou seja, quanto maior a diferença entre a média e a mediana maior o grau de dispersão da amostra em relação ao ponto central da distribuição. Dito de outro modo, tal comportamento da distribuição tenderá a se traduzir em uma maior dispersão nos rendimentos do trabalho, especialmente por conta dos que auferem remunerações mais expressivas.

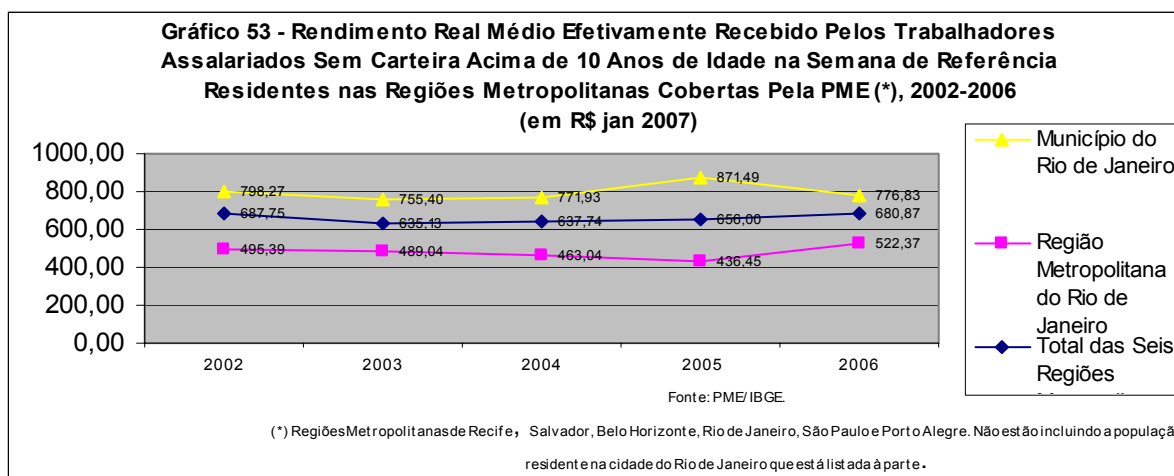
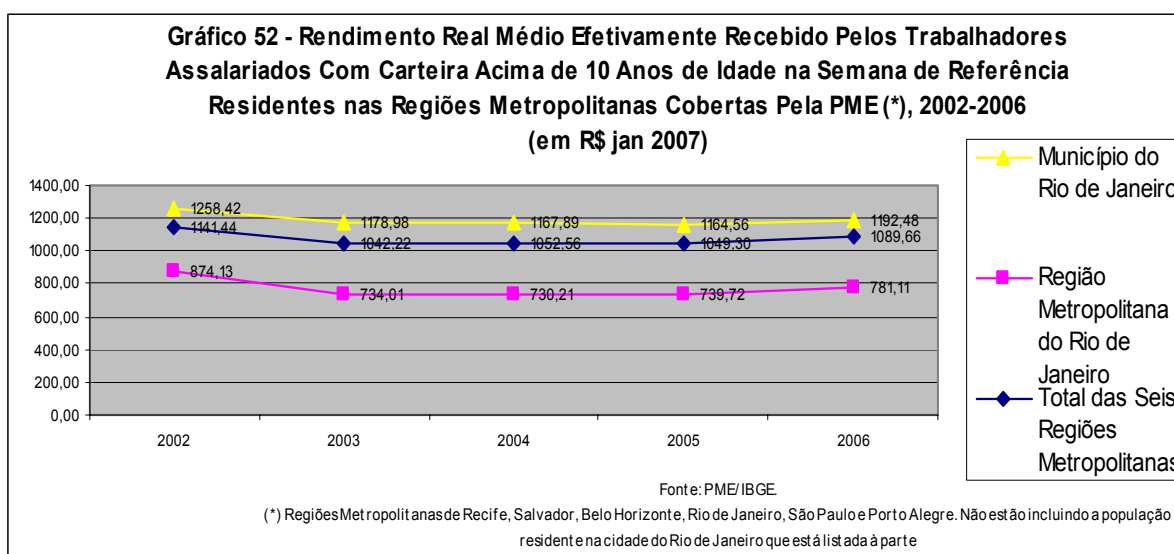


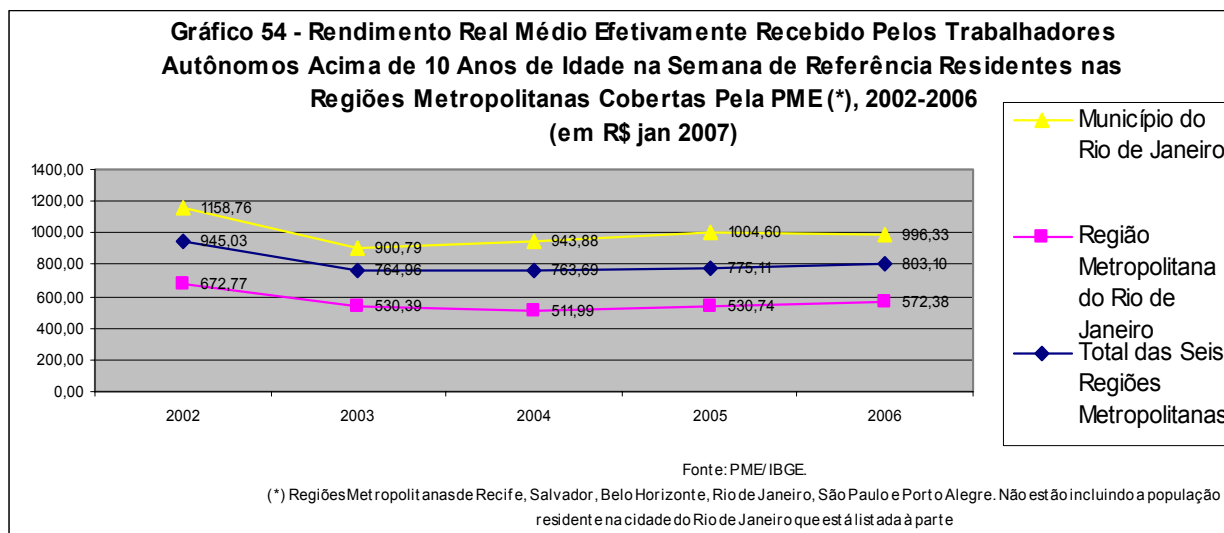
A evolução dos rendimentos médios reais efetivamente recebidos pelos trabalhadores dos setores público e privado da cidade do Rio de Janeiro e conjunto de Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, no período 2002-2006, pode ser encontrada, respectivamente, nos Gráficos 50 e 51.

Pelas fontes vemos que, na cidade do Rio, os funcionários públicos experimentaram reduções de rendimentos em termos reais entre 2002 e 2004. A partir deste momento passaram a obter alguma recuperação dos níveis de suas remunerações, especialmente no ano de 2006, quando obtiveram aumento real de 7,8%. Talvez essa evolução recente expresse as políticas mais favoráveis ao setor praticadas pelo poder público, hipoteticamente em seus três níveis, naquele ano eleitoral. No caso do setor privado carioca, também o ano de 2004 representou um

ponto de inflexão do nível real de rendimentos efetivos, porém em um ritmo mais modesto, tendo esse valor crescido entre 2004 e 2006, pouco mais de 3%.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro o funcionalismo público vivenciou um período de contínuas reduções do nível real de rendimentos efetivamente recebidos entre 2002 e 2005, tendo obtido uma ligeira recuperação também no ano de 2006. No conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME também foram verificadas perdas salariais em termos reais para o funcionalismo público entre 2002 e 2004, com ligeira recuperação entre esse último ano e 2006 (Gráfico 52). No que tange o setor privado, tanto na Região Metropolitana fluminense, como na média das seis maiores Regiões Metropolitanas, ocorreram perdas de rendimento real entre 2002 e 2004, com posterior ligeira recuperação desse poder de compra até 2006 (Gráfico 51).

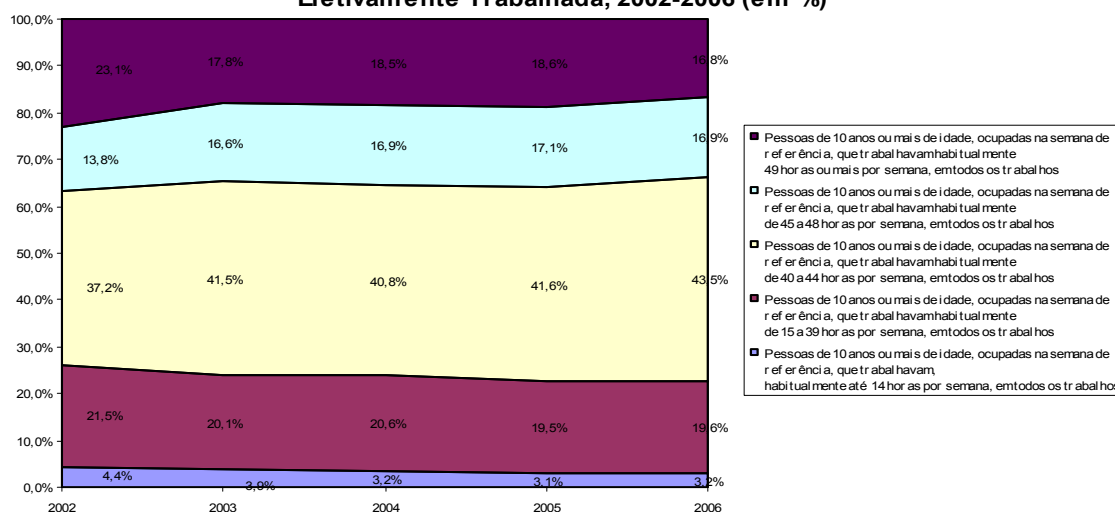




Nos Gráficos 52, 53 e 54 podemos acompanhar a evolução dos rendimentos reais médios efetivamente recebidos pela população trabalhadora carioca e das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME segundo as condições ocupacionais de emprego com carteira, emprego sem carteira e trabalho autônomo.

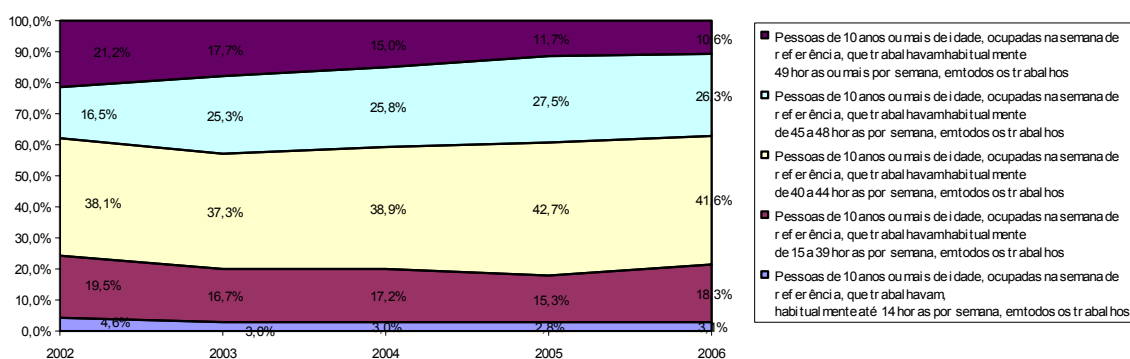
A partir daquelas fontes vemos que entre 2002 e 2003, em todas as áreas estudadas, ocorreram reduções dos níveis médios de rendimentos dos trabalhadores das condições ocupacionais com carteira, sem carteira e autônoma. Desde então, isto é, entre 2004 e 2006, o movimento geral veio sendo de ligeira recuperação, porém – com a única exceção ocorrida entre os trabalhadores sem carteira da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – sem se chegar a recuperar os patamares de remuneração real encontrados em 2002.

Gráfico 55 - Distribuição da População Acima de 10 Anos de Idade Ocupada na Semana de Referência Residente na Cidade do Rio de Janeiro Segundo Faixas Seleccionadas de Jornada de Trabalho Semanal Efetivamente Trabalhada; 2002-2006 (em %)



Fonte: PME/ IBGE.

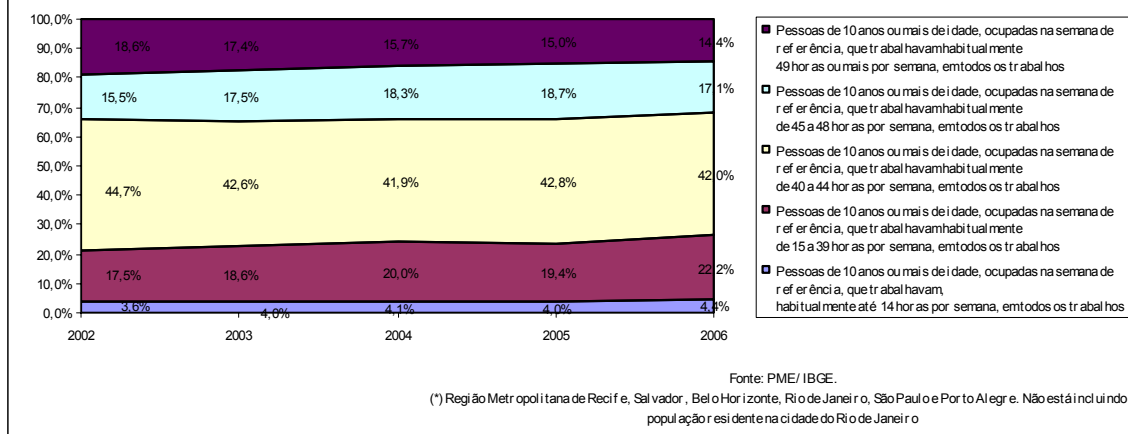
Gráfico 56 - Distribuição da População Acima de 10 Anos de Idade Ocupada na Semana de Referência Residente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro Segundo Faixas Seleccionadas de Jornada de Trabalho Semanal Efetivamente Trabalhada; 2002-2006 (em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Não está incluindo a população residente na cidade do Rio de Janeiro

Gráfico 57 - Distribuição da População Acima de 10 Anos de Idade Ocupada na Semana de Referência Residente nas Regiões Metropolitanas Cobertas Pela PME (*) Segundo Faixas Seleccionadas de Jornada de Trabalho Semanal Efetivamente Trabalhada 2002-2006 (em %)



O tema dos patamares de remuneração auferidos pela população ocupada também fica bastante enriquecida quando colocamos em pauta a questão das jornadas de trabalho que são exercidas. Para fins de nossa análise vamos desenvolver o tema balizado no agrupamento selecionado das jornadas de trabalho efetivamente trabalhadas pelos trabalhadores em todos os trabalhos na média dos anos de 2002 a 2006¹⁸.

De acordo com o Gráfico 55, entre 2002 e 2006 ocorreu uma elevação na proporção de trabalhadores cariocas ocupados que exerciam entre 40 e 44 horas semanais de trabalho (de 37,2% para 43,5%) e 45 a 48 horas semanais de trabalho (de 13,8% para 16,9%). As demais faixas situadas nos extremos inferior (jornadas de até 14 horas semanais de trabalho e entre 15 e 39 horas semanais de trabalho) e superior (jornadas de trabalho acima de 49 horas semanais), medidas pela quantidade relativa de trabalhadores que as cumpriram, apresentaram queda relativa no período¹⁹.

Esse movimento percebido na capital do Estado do Rio de Janeiro também se fez presente rigorosamente na mesma direção na sua Região Metropolitana. No conjunto das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras, contudo, no interregno 2002-2006, ocorreu uma ampliação do percentual dos ocupados com jornadas até 14

¹⁸ Sobre os motivos dessa opção, ver Nota de Pé de Página nº 16.

¹⁹ Em tempo, o conjunto de indicadores atinentes às faixas de jornadas inferiores é parcialmente coerente com o que foi visto no Gráfico 24, quando estudamos o percentual de trabalhadores ocupados que tinham seu potencial de trabalho subutilizado. De todo modo, vale salientar que naquele momento o conceito do indicador remetia aos que não trabalhavam uma quantidade de tempo maior involuntariamente, ao passo que nesse último momento o indicador apenas informa as jornadas praticadas sem que necessariamente as pessoas que cumprem jornadas menores queiram trabalhar mais do que vêm efetivamente (ou, se fosse o caso, habitualmente) fazendo.

horas semanais de trabalho (de 3,6% para 4,4%); de ocupados entre 15 e 39 horas semanais de trabalho (de 17,5% para 22,2%) e; os com jornada de trabalho entre 45 e 48 horas (de 15,5% para 17,1%). Correspondentemente, nessas metrópoles caiu, no intervalo, o percentual dos que trabalhavam entre 40 e 44 horas (de 44,7% para 42%) e os que exerciam jornadas superiores às 49 horas (de 18,6% para 14,4%) (Gráficos 56 e 57).

Desse modo, ao longo do período 2002-2006, a evolução verificada da composição da PEA ocupada na cidade do Rio de Janeiro segundo faixas de jornadas de trabalho talvez esteja revelando um direcionamento rumo a uma melhoria da qualidade da participação dos residentes na cidade do Rio no mercado de trabalho no futuro, tendo em vista terem sido justamente as faixas de jornada de trabalho mais próximas da legal que ampliaram sua presença relativa.

9. Conclusões gerais

Nessa seção, conclusiva, estaremos discorrendo sobre algumas características que nos pareceram especialmente marcantes em termos do perfil da presença no mercado de trabalho da população residente na cidade do Rio de Janeiro.

Começaremos recuperando as peculiaridades da PIA e da PEA residente no Rio de Janeiro. Assim, ao longo do presente estudo foi possível constatar que a força de trabalho carioca é mais madura do que o conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, apresentando um peso proporcionalmente maior das camadas acima de 50 anos de idade e menor dos patamares etários inferiores aos 18 anos de idade. A população carioca, no período 2002-2006, apresentou-se também como sendo relativamente mais instruída, tendo apresentado um contingente proporcionalmente maior de pessoas que possuíam ao menos o segundo grau completo e menor de analfabetos funcionais. Finalmente, a PIA carioca apresentou-se no começo do decênio do 2000 ligeiramente mais feminina do que o vigente nas outras Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

Os dados analisados igualmente mostraram que a evolução do tamanho da PIA e da PEA carioca se deu de forma mais lenta que nas demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Tal dinâmica decerto guarda relação com a estrutura etária e instrucional da população da cidade do Rio de Janeiro que, por ser proporcionalmente mais madura e escolarizada, acaba provavelmente apresentando uma taxa de natalidade menor.

Igualmente chama a atenção o peso relativo da população carioca no seio da Região Metropolitana fluminense. Ou seja, um único Município, correspondendo a capital do Estado, possui mais da metade da PIA e da PEA da Região Metropolitana fluminense, que por sua vez, com exceção da capital do Estado do Rio, contém outros 19 Municípios. Ou seja, essa extremada concentração demográfica pode parecer natural aos já familiarizados com a realidade geográfica e social brasileira, porém, definitivamente, não o pode ser vista como um dado inquestionável das coisas. Tal perfil concentrado se associa com um conjunto de problemas de estruturação urbana e metropolitana que, enfim, mesmo sabendo que transcendem os objetivos do presente texto, não pode deixar de ser mencionado.

Em termos da taxa de participação no mercado de trabalho, calculado pela razão PEA/PIA, pudemos constatar que na cidade do Rio, aquele indicador era inferior ao mesmo indicador das seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras. Tal indicador possuía uma grande coerência em termos das faixas etárias, onde somente no intervalo etário dos 25 aos 49 anos de idade a taxa de participação no mercado de trabalho dos cariocas era relativamente maior que o ocorrido no conjunto das maiores metrópoles brasileiras.

As taxas de participação no mercado de trabalho dos cariocas também eram menores quando desagregadas por grupos de sexo, embora no caso das mulheres a taxa de participação das residentes no Rio fosse ligeiramente maior do que o ocorrido com suas companheiras de Região Metropolitana fluminense. Do mesmo modo, o crescimento da população ocupada como proporção da PIA, na cidade do Rio de Janeiro, cresceu em um ritmo menor do que nas demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

No seio do contingente ocupado residente na cidade do Rio de Janeiro não apenas os que tinham mais de onze anos de estudos respondiam proporcionalmente por um número maior, como perceberam um acréscimo relativo no período 2002-2006. No mesmo período, os analfabetos funcionais apresentaram decréscimo no seio do contingente ocupado. Enfim, se é bem verdade que esse movimento ocorreu em todas as Regiões Metropolitanas, ainda assim a cidade do Rio perdurou como abrigando uma população ocupada comparativamente mais instruída.

Os ramos de atividades em que a população ocupada residente no Rio de Janeiro encontrava maiores oportunidades foram, não surpreendentemente, vinculados ao Setor Terciário. Nesse Setor foi factível constatar a especial importância relativa das

atividades vinculadas aos setores financeiro, imobiliário, educacional, recreativo, social, além dos serviços em geral como meio de ocupação da PEA carioca. Tal relevância pôde ser constatada justamente quando comparávamos o que ocorria nesse sentido na cidade do Rio de Janeiro, vis-à-vis às demais seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras. Já a importância relativa das atividades vinculadas ao Setor Secundário, enquanto campo de ocupação, na cidade do Rio, apresentou-se inferior ao verificado no conjunto das Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Ainda dentro desse tema, foi igualmente nítida a presença proporcionalmente maior do funcionalismo público no seio da população ocupada carioca que, em 2006, apresentava um peso relativo de servidores do Estado no seio da população ocupada maior do que a média do conjunto de Regiões Metropolitanas cobertas pela PME.

Uma importante constatação de nosso estudo se refere a heterogeneidade de situações ocupacionais que marca a presença da PEA carioca no mercado de trabalho. Assim, do estudo da distribuição da PEA segundo as condições ocupacionais, vimos que o peso do trabalho autônomo e a condição de empregador (em especial os que empregavam menos de cinco trabalhadores) na capital do Estado do Rio era proporcionalmente superior ao ocorrido nas seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, muito embora nesse caso o indicador apresentado pela cidade do Rio tivesse convergido com os apresentados pela Região Metropolitana fluminense. Todavia, mesmo nesse caso não parece absurda a hipótese de que o trabalho autônomo típico da cidade do Rio e do seu entorno metropolitano não sejam exatamente os mesmos em termos de suas proporções, sendo plausível que seja maior o peso relativo dos profissionais liberais na capital do que nos demais Municípios da Região Metropolitana e maior o peso relativo de trabalhadores autônomos não técnicos no entorno metropolitana do que na capital. Tal suposição é um tanto favorecida pelos diferenciais de escolaridade já comentados. Também vale o comentário de que, em alguma medida, esse maior peso das ocupações informais pode ser lido de forma associada com o que foi visto no parágrafo anterior, ou seja, a maior importância relativa do Setor Terciário como campo de ocupação da população carioca.

Outra peculiaridade razoavelmente marcante em termos da presença dos cariocas no mercado de trabalho disse respeito ao fato de que as taxas de desemprego afetavam com menor intensidade a população trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro relativamente às demais Regiões Metropolitanas, inclusive a fluminense. Sem a pretensão de sermos exaustivos na análise dos motivos daquelas diferenças, posto o

comportamento dos indicadores estudados, podemos dizer que ao menos os seguintes fatores contribuíram para a construção daquele perfil comparativamente diferenciado: i) menor dinamismo do crescimento da PIA e da PEA carioca vis-à-vis às das demais seis maiores Regiões Metropolitanas brasileiras; ii) o fato de tanto a população carioca como a PEA dessa cidade serem relativamente mais idosas, faixa etária que, como visto, a taxa de desemprego era menor; iii) a taxa de participação dos jovens cariocas no mercado de trabalho ser menor, faixa etária onde justamente a incidência relativa do desemprego era maior; iv) apesar da presença feminina na PIA carioca ser ligeiramente maior do que no conjunto das Regiões Metropolitanas, a taxa de desemprego das pessoas desse grupo de sexo na capital do Estado do Rio eram menores do que suas companheiras das demais Regiões Metropolitanas; v) o setor público empregava relativamente mais pessoas na cidade do Rio de Janeiro do que nas demais Regiões Metropolitanas, valendo lembrar que nesse tipo de emprego a estabilidade nas relações empregatícias tendem a ser maiores; vi) a forma de distribuição da PEA carioca por nível de instrução, onde ocorria uma participação relativa mais acentuada dos que possuíam mais de onze anos de estudo, faixa de instrução essa onde a taxa de desemprego não era tão elevada relativamente; vii) maior peso relativo das ocupações autônomas, como empregadores e em firmas de até cinco trabalhadores ocupados, significando que parcela da população que busca ocupação acaba encontrando oportunidades no setor informal; viii) menor pressão relativa dos inativos sobre o mercado de trabalho expressas pelo desejo não obter uma nova ocupação mesmo que tivessem a possibilidade de prontamente fazê-lo.

Vale salientar que dos fatores acima elencados, parte é determinada por fatores demográficos (estrutura etária, dinâmica de crescimento populacional, grau de instrução da população) e parte, por razões associadas ao próprio funcionamento local do mercado de trabalho (peso da informalidade, participação relativa do setor público, razão entre ativos e inativos no mercado de trabalho). Por esse motivo, alguns dos motivos acima listados são comuns aos demais Municípios da Região Metropolitana do Rio, mormente os que remetem às vicissitudes locais do mercado de trabalho e; outros são mais típicos da dinâmica demográfica da cidade do Rio de Janeiro, não sendo fundamentalmente compartilhados pelas municipalidades do seu entorno. Assim, na conta de chegada vimos que a taxa de desemprego na capital do Estado do Rio, além de ser menor do que o conjunto das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, também era razoavelmente menor do que na Região Metropolitana desse Estado.

Ao longo do intervalo 2002-2006 ocorreu um ligeiro movimento de melhoria da qualidade das ocupações na cidade do Rio. Tal percepção foi favorecida pelos estudos sobre o movimento dos indicadores sobre o percentual de ocupados que contribuíam para a Previdência Social, o tempo médio de duração da atual ocupação e o percentual de ocupados que exercia jornadas de trabalho semanais próximas à legal. Também foi possível constatar um pequeno aumento no percentual de assalariados com acesso ao registro formal de emprego. Na verdade esse movimento, em seu sentido geral, também se fez presente nas demais Regiões Metropolitanas acompanhando uma ligeira melhoria ocorrida nos indicadores do mercado de trabalho brasileiro no intervalo 2002-2006.

No mesmo sentido do parágrafo anterior, quando estudamos a evolução dos rendimentos do trabalho, vimos que no período recente, consoante à ligeira melhoria ocorrida na qualidade do mercado de trabalho em todo o país, ocorreu um certo movimento de estancamento da queda e posterior tímida recuperação do poder de compra dos rendimentos do trabalho por parte da população carioca. Por outro lado, é importante ressaltar que as remunerações reais médias efetivamente recebidas por parte dos ocupados residentes na cidade do Rio – incluindo sua desagregação entre os serviços público e privado; com carteira, sem carteira e autônomo - apresentaram-se sempre superiores ao verificado entre os seus companheiros que labutam nas demais Regiões Metropolitanas.

Em termos sintéticos vimos ao longo do presente texto que a presença da população carioca no mercado de trabalho possuía de fato um conjunto de indicadores que foram mais positivos do que o apresentado pela população residente no somatório das Regiões Metropolitanas brasileiras cobertas pela PME. De todo modo, é também relevante dimensionar corretamente o teor das comparações que foram realizadas no decorrer do nosso estudo.

Em primeiro lugar, tal como já comentado no começo desse trabalho, o fato é que a comparação realizada envolveu a cidade do Rio, primeiramente com o seu entorno metropolitano e, mais adiante, em relação ao somatório das demais Regiões Metropolitanas. Todavia, sabemos que uma Região Metropolitana sempre agrega Municípios de diferentes características, inclusive localidades cujas condições demográficas e sociais apresentam-se como um tanto precárias que sempre tenderão a puxar a média dos indicadores para um ponto menos invejável. As próprias diferenciações ocorridas em boa parte dos indicadores da presença no mercado de

trabalho da população residente na cidade do Rio e na Região Metropolitana do Rio ilustram cabalmente o que estamos querendo sublinhar. Dessa forma, o fato de que em diversos momentos os indicadores da capital do Estado do Rio tenham ficado realçados positivamente, em comparação às demais Regiões Metropolitanas cobertas pela PME, não deve nos ocultar a realidade de que no interior daquele conjunto de seis metrópoles existe um amplo conjunto de realidades locais, no qual as municipalidades que apresentam piores indicadores sociais acabam influenciando negativamente as médias de toda a metrópole. O mesmo raciocínio também é válido quando pensamos no somatório das seis Regiões Metropolitanas cobertas pela PME. Nesse caso, de novo, voltamos a nos deparar com o tema da heterogeneidade, só que dessa vez entre as Regiões Metropolitanas. Assim, por exemplo, nas Metrópoles da Região Nordeste (Salvador e Recife), os indicadores sociais tendem a ser piores que a média nacional, trazendo para baixo a média do conjunto. Assim, uma conclusão mais bem acabada sobre o tema que viemos desenvolvendo ao longo dessas páginas poderia requereria dados desagregados para cada uma das Regiões Metropolitanas ou, o que seria ainda mais relevante, para cada uma das capitais de Estados cobertas por aquela Pesquisa.

Em segundo lugar, tal como já havíamos descrito na introdução desse estudo, cabe voltar a lembrar que, posta a metodologia da PME, os indicadores da presença da população carioca no mercado de trabalho não necessariamente implicam que o mercado de trabalho localizado nessa cidade tenha acompanhado exatamente aqueles movimentos. Assim, conquanto quando comparado ao somatório da população residente no conjunto de Regiões Metropolitanas cobertas pela PME esse problema não venha a ocorrer; é sabido que parte da população da cidade do Rio de Janeiro trabalha no entorno metropolitano dessa cidade, assim como, grande parte da população metropolitana fluminense trabalha efetivamente na capital do Estado do Rio. Destarte, os aspectos positivos e negativos apresentados pela presença das respectivas populações no mercado de trabalho apenas parcialmente poderão estar refletindo aspectos reportados ao desenvolvimento econômico dessas respectivas municipalidades. Ou antes, uma análise mais bem acabada dos indicadores analisadas ao longo desse artigo poderiam advir no momento em que pudéssemos cruzar os dados do acesso ao mercado de trabalho por parte da população carioca com os indicadores da estrutura econômica da cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente cabe salientar que os indicadores analisados cobriram um período de quatro anos, momento em que a economia brasileira combinou a estabilização

macroeconômica, baixos níveis de crescimento e uma certa melhoria da qualidade de seu mercado de trabalho. Todavia, no curto lapso tempo coberto pela série histórica ficamos com dificuldades de reportarmos esses indicadores, tanto ao passado recente do mercado de trabalho metropolitano brasileiro, como em relação a eventuais tendências futuras. Assim, no primeiro caso, acabamos não debatendo o ocorrido com o mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 1990, quando sua qualidade apresentou notória deterioração, medida especialmente pelos índices de desemprego e informalidade. Quanto às análises prospectivas para o futuro, essas ficaram comprometidas pelo fato de não termos ainda encontrado um novo modelo de desenvolvimento - nem para o país, nem para o Estado do Rio e, tampouco, para a cidade do Rio de Janeiro -; modelo esse, de resto essencial, para uma plena recuperação do mercado de trabalho carioca com maior fôlego e densidade. Tal realidade, enfim, tornou difícil uma análise acerca de uma possível evolução daqueles indicadores, conquanto seja compreensível que todos nós tenhamos o desejo de que possamos encontrar daqui para frente melhores dias para todos os que pegam no pesado; isto é, para o conjunto dos trabalhadores de nossa cidade.

Bibliografia citada

LESSA, Carlos (1999) - O Rio de todos os Brasis. Rio de Janeiro / São Paulo: Ed. Record

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz; OLIVEIRA, Juarez & ERVATTI, Leila (2005) – Contando vencidos: diferenciais de esperança de vida e de anos de vida perdidos segundo os grupos de raça/cor e sexo no Brasil e Grandes Regiões. In LOPES, Fernanda (org) – Saúde da população negra: contribuições para promoção da equidade (p.p. 49-190)

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (2002). Série Relatórios Metodológicos vol. 23. Rio de Janeiro/IBGE (Departamento de Emprego e Rendimento)

SABÓIA, João (2006) – O mercado de trabalho no Município do Rio de Janeiro: desigualdades internas e comparação com outras cidades do país. In Relatório do Desenvolvimento e Condições de Vida na Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Urbanismo / Instituto Pereira Passos (p.p. 12-20).